



Ano 1 - n. 1

SÉRIE
ESTRATÉGIAS

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM SÃO PAULO

Maria Celia Martins de Souza
Maria Sylvia Macchione Saes
Soraia de Fátima Ramos
Ana Victória Vieira Martins Monteiro
Malimiria Norico Otani
Renata Martins Sampaio



Centro de Inteligência em Orgânicos

SÉRIE
ESTRATÉGIAS

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM SÃO PAULO

Maria Celia Martins de Souza
Maria Sylvia Macchione Saes
Soraia de Fátima Ramos
Ana Victória Vieira Martins Monteiro
Malimiria Norico Otani
Renata Martins Sampaio

Julho de 2013

Apoio



Realização



Sociedade
Nacional de
Agricultura
Fundada em 1937



Instituto
de Economia
Agrícola



AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM SÃO PAULO

Maria Celia Martins de Souza¹
Maria Sylvia Macchione Saes²
Soraia de Fátima Ramos³
Ana Victória Vieira Martins Monteiro³
Malímiria Norico Otani⁴
Renata Martins Sampaio⁵

¹Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (IEA/APTA/SAA).

²Economista, Doutora, Professora do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

³Geógrafa, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (IEA/APTA/SAA).

⁴Socióloga, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (IEA/APTA/SAA).

⁵Administradora, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (IEA/APTA/SAA).

O Centro de Inteligência em Orgânicos - CI Orgânicos - é um projeto realizado pela SNA e conta com o apoio do Sebrae. Seu objetivo principal é contribuir para o fortalecimento da cadeia produtiva de alimentos e produtos orgânicos no Brasil por meio da integração e difusão de informação e conhecimentos.

www.ciorganicos.com.br

© 2013, Sociedade Nacional de Agricultura

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação no todo ou em parte constitui violação dos direitos autorais (Lei no. 9.610)

Informações e contato

Sociedade Nacional de Agricultura

Presidente: Antonio Mello Alvarenga Neto

Av. General Justo 171, 7º andar, Centro

20021-130. Rio de Janeiro, RJ. Brasil

+55 (21) 3231-6350

Internet: www.sna.agr.br

Email: sna@sna.agr.br

Coordenação, organização e revisão:

Sylvia Wachsner

Maria Chan

Maria Áurea Cassiano Turri - Revisão final

Roseli Clara Rosa Trindade - Editoração Eletrônica

Ações para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica em São Paulo
Maria Celia Martins de Souza, Maria Sylvia Macchione Saes, Soraia de Fátima Ramos, Ana Victória Vieira Martins Monteiro, Malímiria Norico Otani, Renata Martins Sampaio – Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura;
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Centro de Inteligência em Orgânicos, 2013.
76 p.: il. (Série Estratégias).

Bibliografia: p. 59.

1. Agricultura orgânica. 2. Cadeia produtiva. 3. Mercado.
4. Cooperativa. I Souza, Maria Celia. II. Saes, Maria Sylvia
- III. Título. IV. Série.

CDD – 334.09

CDU – 334.6

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	7
1 - INTRODUÇÃO	9
2 - METODOLOGIA DA PESQUISA	11
3 - EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM SÃO PAULO (2002-2012)	16
4 - RESULTADOS DO WORKSHOP	24
4.1 - Visão dos Agentes	25
4.2 - Discussão dos Grupos	42
4.3 - Sistematizando os Resultados	48
5 - CONCLUSÕES	57
BIBLIOGRAFIA	59
SIGLAS	60
Anexo 1 - Lista de Convidados	62
Anexo 2 - Lista de Participantes	63
Anexo 3	
Grupo Verde	66
Grupo Vermelho	67
Grupo Azul	70
Grupo Amarelo	72
Grupo Roxo	74





RESUMO EXECUTIVO

Este trabalho é um documento de apoio para identificar diretrizes que permitam desenvolver ações relacionadas à expansão da agricultura orgânica no Estado de São Paulo. Para tanto, teve como suporte metodológico a realização de um Workshop, em outubro de 2012, intitulado "Desafios da Agricultura Orgânica em São Paulo: o que limita o seu crescimento?"

O Workshop de 2012, uma iniciativa do Centro de Inteligência em Orgânicos (CI Orgânicos), da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (FUNDEPAG), foi organizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP). O principal objetivo foi identificar os fatores que, na última década, dificultaram o desenvolvimento da agricultura orgânica paulista visando caracterizar diretrizes de políticas públicas e estratégias de ação para o setor. As atividades do evento foram norteadas por uma pergunta: *"Tomando como base a dinâmica da agricultura orgânica nos últimos dez anos, quais os principais fatores que dificultam a sua expansão em São Paulo?"*

A dinâmica de execução do Workshop previu que os participantes fizessem a leitura de um texto básico a respeito da evolução recente da agricultura orgânica em São Paulo. Na abertura houve uma exposição teórica sobre sistemas-rede de produtos orgânicos, além da apresentação de dez convidados que abordaram a evolução da produção de orgânicos sob a perspectiva de diferentes segmentos.

Este documento é uma síntese do Workshop, composto pela sistematização das contribuições dos palestrantes e dos resultados da dinâmica dos GTs, apresentados em plenária final, com o enfoque analítico de sistemas-rede. As conclusões deste evento retomam as preocupações de um Workshop ocorrido em 2002, que resultou no *Estudo do Sistema Agroindustrial de Produtos Orgânicos no Estado de São Paulo*⁶, classificando as ações em três tipos: a) as que perderam importância ao longo do tempo; b) as que foram solucionadas e/ou encaminhadas; e c) as que ainda aguardam encaminhamento.

O Workshop de 2012 traz um retrato das transformações ocorridas na sociedade e no mercado orgânico. Desse debate, surgem algumas diretrizes para orientar as ações dos diversos agentes sociais da cadeia orgânica de produção paulista, em particular as ações do Centro de Inteligência em Orgânicos, que é um projeto desenvolvido pela SNA, com apoio do SEBRAE, que são orientadas para estimular a agricultura orgânica em São Paulo. São ainda formuladas sugestões para a definição de políticas públicas para o setor, conforme as três fontes potenciais de geração de valor: a estrutura social, o aprendizado e as externalidades de rede.

⁶O estudo foi fruto de um projeto de pesquisa realizado pelo PENSA/FIPE, com apoio do SEBRAE, em 2002. Encontra-se disponível no site: <http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Estudo_do_sistema_agroindustrial_de_produtos_orgânicos_de_SP_2002.pdf>.



1 • INTRODUÇÃO

A falta de informações consolidadas sobre o mercado de produtos orgânicos torna mais difícil que agências públicas e privadas interessadas em fomentar seu desenvolvimento possam definir políticas e estratégias de ação que atendam às reais necessidades do setor. Visando orientar suas ações em São Paulo, o Centro de Inteligência em Orgânicos (CI Orgânicos), da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (FUNDEPAG), junto com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP), elaborou este documento com a formulação de diretrizes para estimular a agricultura orgânica no Estado, a partir de resultados de uma discussão ampla realizada com a participação de diversos atores ligados ao setor. O principal objetivo é caracterizar, de forma sistematizada, os fatores que dificultaram o desenvolvimento da agricultura orgânica em São Paulo na última década, a fim de identificar eixos de estratégias de ação e indicação de políticas públicas para o setor.

A complexa estrutura de relações da cadeia produtiva de orgânicos, que permite classificá-la como um sistema-rede, impossibilita a realização de diagnósticos com abordagens metodológicas simplistas. Assim, tendo como ponto de partida as conclusões do Estudo do sistema agroindustrial de produtos orgânicos no Estado de São Paulo⁷, realizado há dez anos, optou-se pela organização de um Workshop com a participação de atores-chave de diversos segmentos da cadeia produtiva, como estratégia metodológica para se ter uma abordagem sistêmica, que a complexidade do sistema-rede de produtos orgânicos requer para ser analisado.

⁷Esse texto foi resultado de um projeto de pesquisa realizado pelo PENSA/FIPE em 2002, com apoio do SEBRAE. Encontra-se disponível no site: <http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Estudo_do_sistema_agroindustrial_de_produtos_orgânicos_de_SP_2002.pdf>.

Este documento não pretende ser exaustivo nem esgotar o assunto, mas sim identificar dois aspectos relevantes: os principais desafios e os eixos de cooperação. Além desta introdução, o texto apresenta uma seção sobre a metodologia da pesquisa e uma análise concisa da evolução da agricultura orgânica na última década. Em seguida são apresentados os resultados sistematizados do Workshop de 2012, com as distintas visões dos atores que representam segmentos importantes do mercado orgânico paulista e a discussão dos trabalhos desenvolvidos nos grupos. Finalmente, são apresentadas as conclusões e as referências bibliográficas.



2 • METODOLOGIA DA PESQUISA

A base teórica e metodológica desta pesquisa é o Estudo do sistema agroindustrial de produtos orgânicos no Estado de São Paulo, realizado em 2002, que partiu do reconhecimento de que cadeias produtivas, como a de produtos orgânicos, podem ser consideradas como sistemas-rede.

Sobre o Conceito de Sistema-Rede

O conceito de sistema-rede (*netchain*) foi proposto por Lazzarini, Chaddad e Cook no artigo *Integrating supply chain and network analysis: the study of netchains* (2001). Para os autores, os segmentos de uma cadeia produtiva estão envolvidos em uma dinâmica que depende não só das relações verticais entre seus segmentos, mas também de relações entre agentes que atuam no mesmo segmento. Estas relações verticais e horizontais criam três diferentes tipos de interdependências e formas de cooperação interorganizacionais: (a) interdependência conjunta – que ocorre quando cada agente dentro de um grupo tem uma contribuição autônoma e bem definida para uma dada tarefa; (b) sequencial - quando a estratégia dos agentes está diretamente relacionada ao investimento específico de uma firma a jusante, cabendo a ela determinar as condições da organização da produção; e (c) recíproca – caracterizada pelo fato de que cada agente é mutuamente dependente das escolhas e das ações realizadas pelos outros agentes. Esta última interdependência consiste numa maior complexidade, pois os direitos de decisão estão distribuídos entre os agentes, o que implica um processo complexo de solução. As formas de coordenação e adaptação requerem aprendizagem por meio de *feedback* em vez de um planejamento central de tomada de decisão. Pode-se assim pensar que a dinâmica do processo de construção do mercado orgânico se deu a partir da interdependência recíproca, evoluindo para a interdependência conjunta e sequencial.

Um esquema genérico do sistema-rede de produtos orgânicos pode ser observado na figura 1.

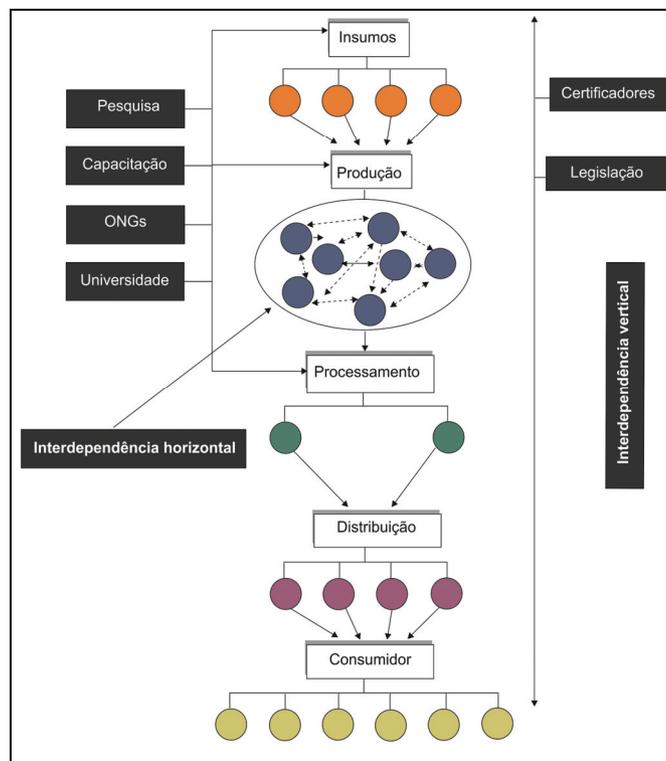


Figura 1 - Esquema do Sistema-Rede de Produtos Orgânicos.

• Fonte: Adaptada de Lazzarini; Chaddad; Cook (2001).



A produção de orgânicos alinha-se a sistemas cuja complexidade e dinâmica das relações são configuradas em redes de interações não apenas verticais, entre diferentes segmentos, como também horizontais, dentro dos segmentos. A importância da identificação de tais inter-relações verticais e horizontais decorre da sua associação a fontes potenciais tanto de geração de valor econômico, quanto de formas específicas de estruturas de governança, que podem facilitar a criação e apropriação desse valor.

A produção orgânica é sistêmica e configurada em redes de interações verticais e horizontais dentro dos seus vários segmentos

Há pelo menos três fontes potenciais de geração de valor, que muitas vezes se inter-relacionam: a estrutura social, o aprendizado e as externalidades de rede. Relações sociais, mais ou menos duradouras, podem gerar alguns efeitos positivos sobre o desempenho econômico, já que podem conduzir ao comportamento cooperativo. As redes densas, que decorrem de fortes laços afetivos e sociais criados por relações repetidas, facilitam a emergência de confiança e de normas sociais que promovem a cooperação e reduzem custos de transação. Tais redes, porém, podem levar à dependência de recursos muito específicos que, expostos a rupturas institucionais ou tecnológicas, em vez de criar, podem levar o grupo a perder valor econômico. Já em redes esparsas, os laços fracos entre seus participantes e o relacionamento ocasional e/ou via mercado, podem ser importantes para gerar novas informações e diversidade de conhecimento que podem estimular a inovação e criar oportunidades para os participantes da rede.

A diversidade de conhecimento também pode ser importante para a criação de valor na rede, pois gera externalidades de redes para múltiplos agentes, alavancando oportunidades de inovação. Há ainda um segundo tipo de aprendizado, associado a esforços conjuntos para adquirir conhecimento e explorar as diversas habilidades dos indivíduos, gerando uma co-especialização. Redes densas favorecem esse tipo de conhecimento porque promovem a cooperação.

O terceiro tipo de fonte de valor decorre da presença de externalidades de rede, que ocorrem quando os benefícios da adoção de um tipo de tecnologia ou contrato aumentam com a difusão da adoção. Vale lembrar que a produção orgânica também gera benefícios sociais pelo fato de adotar formas de produção consideradas ambientalmente favoráveis.

O reconhecimento de que inter-relações sistêmicas podem gerar ganhos competitivos e sociais foi a base teórica para a proposta de realização do Workshop "Desafios da Agricultura Orgânica em São Paulo: o que limita o seu crescimento?" como método de pesquisa. O evento, realizado em outubro de 2012 no IEA, foi concebido como instrumento para recolher os subsídios necessários para elaborar este documento final.

As interações sistêmicas podem gerar ganhos competitivos e sociais

O evento obedeceu a uma dinâmica específica. As principais conclusões do Estudo do Sistema Agroindustrial de Produtos Orgânicos no Estado de São Paulo de 2002 foram retomadas, atualizadas e sintetizadas num pequeno texto enviado antes do evento aos participantes previamente inscritos. A leitura prévia desse texto foi importante para estimular a discussão durante o evento assim como as apresentações feitas por atores representativos do sistema-rede paulista de orgânicos, convidados para expor aos participantes uma visão sintética de seu segmento na última década (Anexo 1).

Vários fatores ainda dificultam a expansão da agricultura orgânica. Quais seriam os caminhos para enfrentá-los?

O Workshop de 2012 foi organizado de modo que tanto convidados quanto participantes representassem diversas organizações públicas e privadas, e segmentos ligados a diferentes elos da cadeia de produção orgânica, com algumas das inúmeras interfaces que compõem esse sistema-rede: insumos, produtores, consumidores, processadores, certificadores, distribuidores, além da problemática do marco legal, capacitação e papel do Estado.



Durante as apresentações da evolução recente do mercado de produtos orgânicos em São Paulo foi possível constatar um período de transição com a entrada em vigor da legislação federal. Além disso, por um lado, observa-se a presença de novos consumidores em áreas como a gastronomia, e novos canais de distribuição, como feiras livres e mercados municipais. Por outro, ainda se observam dificuldades para a conversão de agricultores convencionais em orgânicos e, também, para implantar a legislação, como, por exemplo, a falta de regras para registro de insumos orgânicos.

A questão central a ser respondida pelos participantes foi: *diante destas e de outras restrições, quais fatores ainda dificultam a expansão da agricultura orgânica em São Paulo? Que soluções poderiam ser propostas? Quem seriam os responsáveis pelas ações?*

Os participantes (Anexo 2) foram divididos em cinco Grupos de Trabalho (GTs) simultâneos, previamente designados e identificados pelas cores verde, vermelho, azul, amarelo e roxo, e distribuídos em salas distintas. As discussões se desenvolveram em torno da pergunta condutora.

A visão dos diferentes segmentos envolvidos é o ponto de partida

Os debates dos grupos ofereceram a visão dos diferentes segmentos envolvidos na produção orgânica paulista sobre os fatores que dificultam sua expansão no estado. Essas conclusões preliminares foram apresentadas pelos representantes dos grupos na sessão plenária que encerrou o Workshop. Posteriormente, esses resultados foram organizados em arquivos e enviados aos participantes de cada grupo para uma segunda rodada. Os novos apontamentos foram incorporados ao documento obtido durante os trabalhos do Workshop.

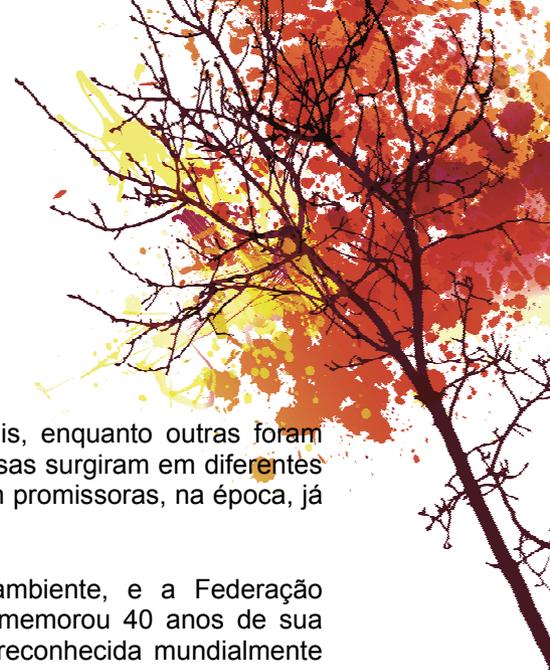
Assim, os debates sobre os fatores que dificultam o desenvolvimento da agricultura orgânica paulista na última década, reunindo representantes de elos distintos do sistema-rede de produtos orgânicos, foi o mecanismo adotado para consolidar e priorizar propostas e estratégias de ação, contribuindo para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades do setor no estado.

3 • EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM SÃO PAULO (2002-2012)

Ao se retomar as conclusões mais importantes do Estudo do sistema agroindustrial de produtos orgânicos no Estado de São Paulo, foi possível traçar um rápido panorama do setor na última década. Os principais resultados da pesquisa indicavam oito pontos importantes que, em 2002, dificultavam o desenvolvimento da agricultura orgânica paulista. São eles:

1. Necessidade de uma política de educação e divulgação sobre a agricultura orgânica, com a implantação de um trabalho educativo que mostrasse sua importância como instrumento de sustentabilidade.
2. Geração de estatísticas confiáveis para o setor.
3. Obtenção de crédito compatível com a atividade.
4. Políticas de apoio à conversão de sistemas de produção convencionais para orgânicos, já que era o produtor que arcava com todos os riscos.
5. Elaboração de projeto para identificar e quantificar as externalidades positivas da agricultura orgânica em comparação com as externalidades negativas da agricultura convencional.
6. Necessidade de fortalecimento do ambiente institucional e do conjunto de regras que regulamentavam a atividade.
7. Identificação de ações oportunistas, que podiam estar presentes em qualquer elo do sistema-rede.
8. Investimentos em pesquisa básica e avançada, assim como a criação de mecanismos de construção de conhecimentos.

Há dez anos era preciso: divulgar a importância da agricultura orgânica; levantar dados estatísticos; oferecer crédito; apoiar a conversão da produção; evidenciar as diferenças entre agricultura convencional e orgânica; regulamentar a atividade; identificar ações oportunistas e desenvolver tecnologias



Algumas dificuldades da agricultura orgânica ainda parecem atuais, enquanto outras foram superadas de modo mais satisfatório. Novas organizações e empresas surgiram em diferentes segmentos da cadeia produtiva, mas outras empresas que pareciam promissoras, na época, já não existem mais.

Em 2012 foi realizada a Conferência Rio+20 sobre o meio ambiente, e a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) comemorou 40 anos de sua fundação. Além disso, Ana Primavesi, aos 92 anos de idade, foi reconhecida mundialmente com o prêmio *One World Award*, oferecido pela empresa alemã Rapunzel, pelo conjunto do trabalho de toda sua vida, o que representa um importante marco simbólico que destaca a agricultura orgânica brasileira no cenário internacional. Entretanto, consumir orgânicos no País ainda é ser “alternativo”⁸.

Essa tendência, porém, parece estar mudando, na medida em que se observam alterações nos padrões de consumo. Alguns exemplos são: crescimento da gastronomia com base nos alimentos agroecológicos, fortalecimento de movimentos como *slow food* e de novos hábitos de consumidores preocupados com a saúde de suas famílias. Isso reflete até mesmo em cadeias de *fast food*, mas faltam muitas informações para os consumidores; por exemplo, grande parte deles ainda confunde produtos orgânicos com hidropônicos.

Vale lembrar que em 2002, São Paulo ainda não conhecia as grandes feiras orgânicas como a Bio Fach América Latina e Bio Brazil Fair, nem havia uma oferta expressiva em feiras de rua, bancas em mercados municipais e espaços dedicados no varejo convencional. Passada uma década, além desses pontos, observa-se o crescimento do consumo de orgânicos em restaurantes, desde os mais simples até os mais sofisticados.

⁸A chamada da reportagem que divulgava a inauguração recente de um supermercado orgânico em São Paulo foi “Naturebas’ orgânicos ganham sua Disneylândia”.

A capital paulista tampouco tinha folhetos de promoção de produtos orgânicos, veiculados por grande supermercado em jornais de ampla circulação. Atualmente, é oferecida uma gama de produtos muito difícil de obter dez anos atrás⁹, ainda mais com a conveniência de estarem todos disponíveis num mesmo local de compra. Além de alimentos, a variedade também pode incluir produtos de limpeza, cosméticos e roupas.

As vendas de produtos orgânicos em escala mundial, que eram de cerca de US\$ 10 bilhões em 1997, alcançaram quase US\$ 60 bilhões em 2011 (Figura 2).

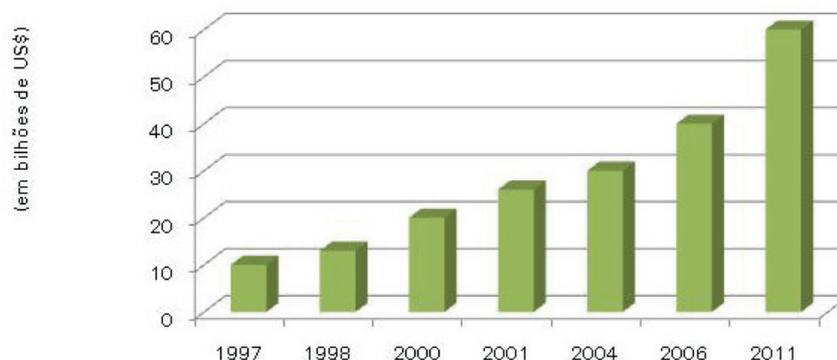


Figura 2 - Mercado de Produtos Orgânicos no Mundo, 1997 a 2011.
Fonte: UNCTAD, IFOAM, Organic Monitor.

⁹A variedade de produtos oferecidos vai desde achocolatados até sucos, frutas, mel, manteiga, pães, bolos e cafés, além de açúcar, linhaça, chá, torrada, óleo de girassol, azeite, vinagre, ovos, legumes e verduras, frescos e processados. Sem falar nos molhos, massas, flocos de aveia, salgadinhos, *cookies*, *muffins*, grissinis, pães de mel, geleia, chocolate, arroz integral, feijão, ervas e temperos, milho para pipoca, farinha de trigo, cerveja, queijos, iogurte, castanha-do-pará e de caju, açaí, uva passa, polpa de frutas, carnes e frangos.

No Brasil, os valores desse mercado foram estimados em US\$ 60 milhões, em 1998, chegando a mais de US\$ 200 milhões em 2011 (Figura 3). Porém, a falta de estatísticas oficiais não permite um consenso sobre esses números.

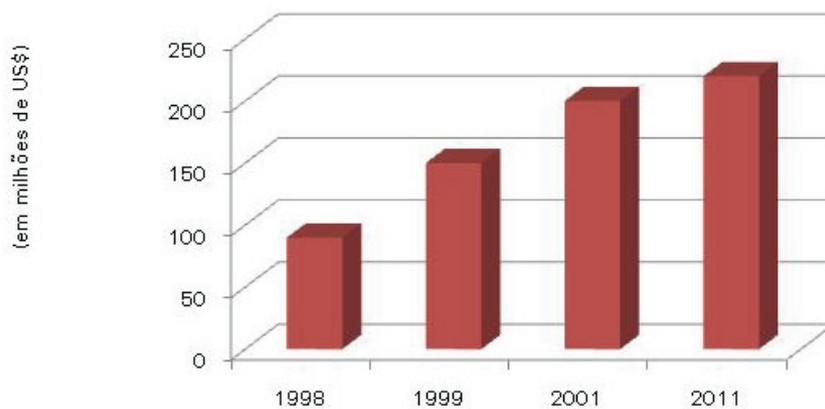


Figura 3 - Mercado de Produtos Orgânicos no Brasil, 1998 a 2011.
Fonte: UNCTAD, IBD, Organic Monitor.

Estimativas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com base em informações das certificadoras em 2000, indicavam que o mercado de orgânicos no Brasil girava em torno de US\$220 a US\$300 milhões. Contava então com cerca de 7.000 produtores, dos quais 6.900 se dedicavam à agropecuária e 100 ao processamento. A área ocupada era de quase 270 mil hectares (ha), sendo 117 mil ha ocupados com pastagens e 153 mil ha distribuídos entre diversas culturas¹⁰.

Pela primeira vez em 2006, o Censo Agropecuário do IBGE incluiu perguntas sobre agricultura orgânica. Os resultados indicaram 90.497 estabelecimentos agropecuários orgânicos, que equivalem a quase 1,8% do total de estabelecimentos no Brasil, ocupando cerca de 4,4 milhões de ha¹¹. Estavam distribuídos entre pecuária e criação de outros animais (42%), lavouras temporárias (33,3%), permanentes (10,6%), horticultura/floricultura (9,8%) e produção florestal (3,6%). Em São Paulo eram 3,4 mil estabelecimentos com agricultura orgânica, que representavam 1,5% do número total de estabelecimentos agropecuários do estado (IBGE, 2009).

Em 2011, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou informações referentes à agricultura orgânica, segundo os certificadores, sobre as unidades por eles certificadas. O Brasil contava com 1,55 milhão de ha e 11.524 unidades certificadas¹². São Paulo tinha 10,8 mil ha ocupados com agricultura orgânica (0,7%) e 741 unidades certificadas (6,4%) (MAPA, 2011).

¹⁰Frutas, cana-de-açúcar, palmito, café, soja, hortaliças e milho.

¹¹Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm>.

¹²Com certificação no exterior foram cerca de 170 mil ha e 380 unidades certificadas.



O Censo do IBGE considera os estabelecimentos agropecuários orgânicos com base na *auto-declaração*, enquanto o MAPA reúne suas informações com base nas unidades orgânicas *certificadas*. As diferentes metodologias aplicadas podem explicar as possíveis diferenças entre as fontes dos dados.

Segundo informações do Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), realizado em 2007/2008, das quase 324,6 mil Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs) do Estado de São Paulo, em torno de 85 mil UPAs empregavam adubos orgânicos e 20 mil UPAs usavam adubos verdes quando necessário¹³.

Quanto à articulação institucional, o Estado de São Paulo tem uma Comissão Técnica de Agricultura Ecológica (CTAE) desde 1992 e uma Câmara Setorial de Agricultura Ecológica (CSAE), constituída em 2000. A Comissão Técnica e a Câmara Setorial, junto com a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e, principalmente, a sociedade civil organizada em diferentes representações, estruturaram a Articulação Paulista de Agroecologia (APA), em meados desta última década. A Frente Parlamentar para Agricultura Orgânica e Agroecologia foi instituída na Assembleia Legislativa paulista no final de 2012, reunindo diferentes partidos políticos e entidades representativas de agricultores, extensionistas, pesquisadores, entre outros.

O fornecimento de crédito para a atividade não se desenvolveu como o fortalecimento das organizações e da legislação federal. A agricultura orgânica encontra-se numa fase de transição para se adaptar às novas exigências legais. Porém, algumas iniciativas começam a se desenhar com o Programa Estadual de Agricultura Orgânica, lançado em março de 2013, que prevê a destinação de recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), para apoiar a transição de agricultores para sistemas orgânicos de produção. Além disso, o Programa vem realizando cursos de capacitação dos técnicos e fornecimento de algumas sementes orgânicas como de arroz, entre outras.

¹³Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado.php>>.

Em 2000, cerca de 15 certificadores atuavam no País. Já em 2012, o MAPA tinha apenas oito credenciados no Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG). Entre os certificadores atuais, cinco são Organismos de Avaliação de Conformidade por Certificação (sistema por auditoria): Ecocert, IBD, IMO, INT e Tecpar, e três são Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica (sistema participativo): ABIO, ANC e Rede Ecovida.

Essa mudança na lei federal, que reconhece os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs)¹⁴, se destaca como ação inovadora no cenário internacional. O reconhecimento oficial da certificação participativa gerou novos modelos de controle da produção orgânica que são hoje referência mundial de controle de qualidade. O selo Produto Orgânico Brasil (SISORG) que, em 2002, não existia, hoje é obrigatório, tanto para aqueles que foram certificados por auditoria quanto pelo sistema participativo (Figura 4).



Figura 4 - Selos de Garantia da Qualidade Orgânica (SISORG).
Fonte: Brasil (2009).

¹⁴Os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) são uma alternativa aos sistemas de certificação por auditoria.



Apesar de inúmeras dificuldades para implantação da legislação, como, por exemplo, a falta de instrumentos para regularização de insumos, os avanços na lei conduziram ao Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Seu objetivo é

integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis¹⁵.

Foram muitos os avanços observados nesta última década no mercado paulista de produtos orgânicos. Assim, os velhos e os novos problemas foram o foco nas discussões desse evento e estão aqui apresentados.

Houve avanços, porém novas e antigas dificuldades estão presentes nos vários segmentos do sistema de produção. Para identificá-las, a discussão foi organizada em dez grandes temas e cinco grupos de trabalho

¹⁵Decreto nº 7.794, de 20/08/2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>.

4 • RESULTADOS DO WORKSHOP

O Workshop *Desafios da Agricultura Orgânica em São Paulo: o que dificulta o seu crescimento?* foi realizado no IEA em outubro de 2012. Contou com cerca de 70 participantes, incluindo os dez palestrantes convidados, representativos de diferentes elos do sistema-rede de produtos orgânicos no Estado de São Paulo, como produtores, processadores, varejistas, consumidores e de segmentos como insumos, capacitação, legislação, certificação e poder público.

Do lado da produção, que contraria fortes interesses comerciais da agricultura convencional¹⁶, ainda há problemas na comercialização, pois são poucos os compradores. Além disso, os preços dos alimentos orgânicos até agora são mais altos para diversos itens, quando comparados aos produtos convencionais, que não estão sujeitos a tantas regras como a obrigatoriedade de certificação, embalagens e outras fontes extras de custos, como a menor escala de produção. A produção orgânica gera externalidades positivas para a sociedade, como os benefícios para a saúde e o meio ambiente e, no entanto, não é devidamente remunerada por isso.

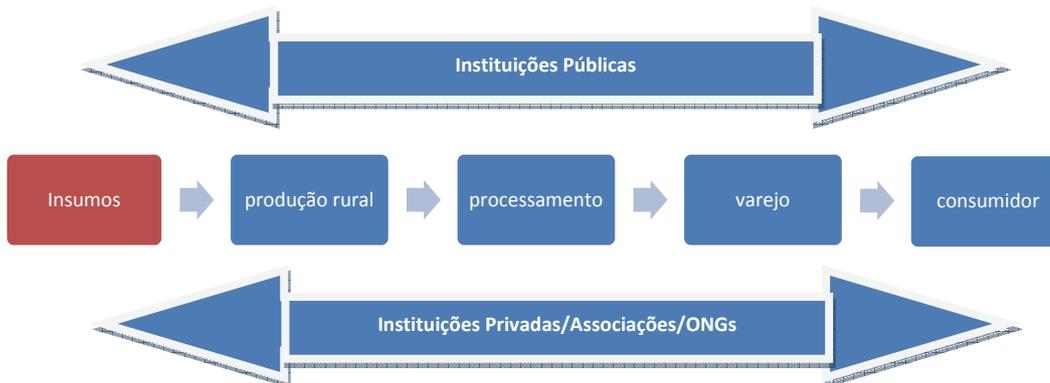
Por outro lado, ainda se observam dificuldades para a produção e conversão de novos agricultores, e para implantar a legislação, como a falta de regras para registro de insumos orgânicos. Também há lacunas no desenvolvimento técnico, que carece de fomento público e parcerias com várias organizações da sociedade civil: como se constrói o conhecimento? Como se informa o consumidor? Num momento em que não existem mais veículos da imprensa paulista de grande circulação¹⁷ que, mesmo timidamente, abriam espaço para divulgar a produção orgânica, quem ocupa esse lugar?

¹⁶Produtos orgânicos não receberam insumos da agricultura convencional como, por exemplo, fertilizantes solúveis ou agrotóxicos.

¹⁷Agrofolha e Suplemento Agrícola.

Para discutir os fatores que dificultam a expansão do mercado de orgânicos em São Paulo, tendo como base a apresentação feita pelos convidados, os participantes foram distribuídos em cinco GTs. Os principais resultados, *segundo a visão dos palestrantes e das discussões dos grupos de trabalho*, são apresentados a seguir.

4.1 • Visão dos Agentes



O primeiro tema abordado pelos especialistas foi a questão relacionada aos **insumos**. Uma importante medida tomada em 2004 foi a instalação da Câmara Setorial de Agricultura Orgânica, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a criação do Grupo Temático de Insumos, do qual Paulo D'Andrea é o representante. Na apresentação, D'Andrea destacou a realização do primeiro workshop sobre produtos e processos para a agricultura orgânica, conduzido em 2007 por meio de três grupos temáticos: extratos vegetais, caldas, fertilizantes e condicionadores do solo; organismos vivos e material propagativo. A partir dessas realizações, buscou-se internalizar a visão sistêmica da agricultura orgânica e valorizar mais processos do que produtos, sendo importante a homogeneização dessa visão para todos os envolvidos; uma condição nem sempre presente e que revela a necessidade de esforços nesse sentido.

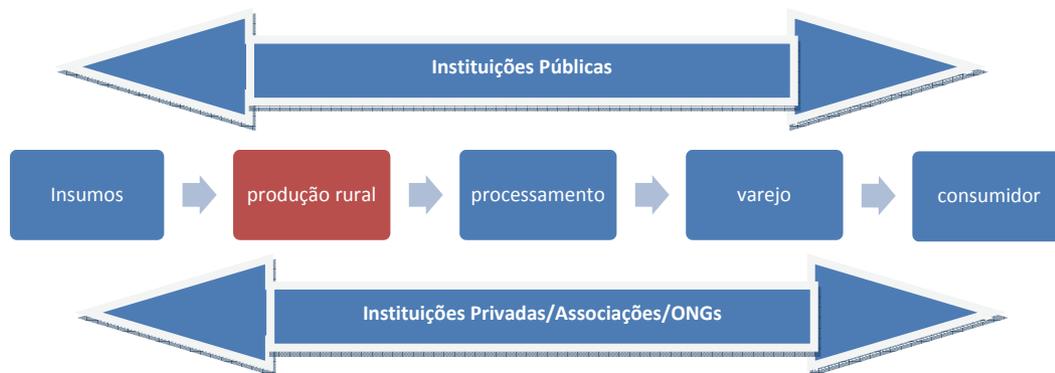
Na sequência, a principal mudança ocorreu no início de 2011, quando por exigência dos avanços da regulamentação, todos os insumos, inclusive sementes e outros materiais propagativos, precisaram obrigatoriamente ser registrados. Isso tem provocado gargalos não só no segmento de insumos, mas também em todo o setor de orgânicos.

Os problemas que mais têm impactado o setor são a demora e o alto custo para obtenção dos registros, que muitas vezes envolvem diferentes órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além do MAPA, que tem arcado com esse ônus, no caso de produtos genéricos, e expõe a ausência de políticas capazes de alocar recursos para esse fim.

Insumos

- Avanços na organização e regulamentação
- Dificuldade para internalizar a visão sistêmica, valorizar os processos de produção e unificar a concessão de registro

Nesse sentido, D'Andrea salientou que seria necessário unificar o entendimento para concessão dos registros. Nesse processo a participação da Coordenadoria de Agroecologia (COAGRE) do MAPA é de fundamental importância na análise das solicitações de registros e identificação dos agentes ativos e dos patógenos, assim como na organização da participação dos interessados nos registros, pois a articulação e divulgação do conhecimento na adoção de técnicas mais sustentáveis são essenciais no processo de registro.



Romeu Mattos Leite, **produtor** de orgânicos ligado à AAO, ANC e presidente da Câmara Temática de Agricultura Orgânica do MAPA, colocou alguns dos avanços recentes ocorridos sob a perspectiva da produção, como o Cadastro Nacional virtual do MAPA, que em 2011 contabilizou 14.500 produtores que ocupam alguns milhões de hectares. Indicou que ainda há problemas com os dados, como empresas que são certificadas, mas não os agricultores do grupo, o que vem sendo corrigido.

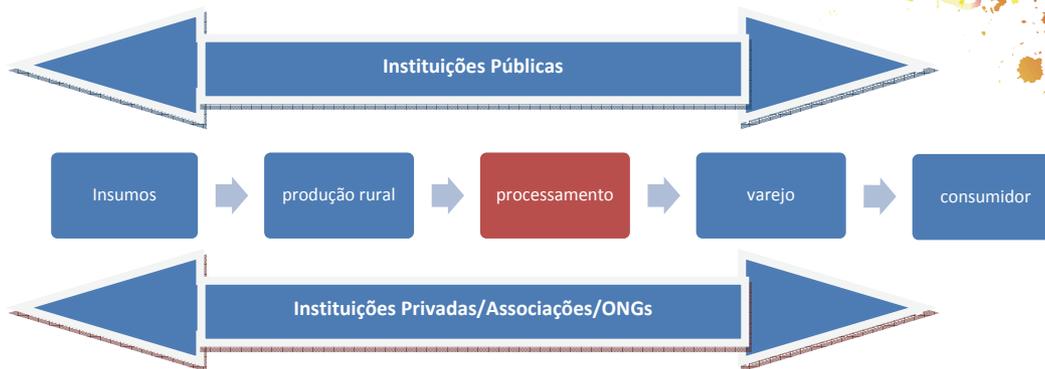
O programa de feiras limpas¹⁸ e de agricultura orgânica está crescendo, ampliando os pontos de venda na cidade de São Paulo segundo Romeu. Em 2005 apenas quatro capitais brasileiras tinham uma "Semana de Agricultura Orgânica" e, hoje, ocorre em praticamente todas as capitais e algumas cidades do interior. O selo orgânico já é reconhecido pelos consumidores, inclusive o dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), o que foi favorecido pela legislação. A regulamentação é incluyente e deu mais segurança para os grandes circuitos de comercialização e para a indústria, como demonstra a ampla gama de produtos processados e o crescimento da comercialização de produtos orgânicos. A recém decretada Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) é uma perspectiva interessante para alavancar a produção orgânica no País, acrescentou o palestrante.

Produtor

- Avanços deram maior segurança com o cadastro nacional de produtores, o programa de feiras limpas, o PAA e a recente PNAPO
- Dificuldades para regularizar a oferta de insumos, em especial, os relacionados à produção animal. Falta de assistência técnica e regras de convivência com transgênicos, além da adequação das regras de vigilância sanitária à realidade da produção orgânica.

Entre os desafios apontados por ele está a legalização e reconhecimento dos insumos orgânicos, cuja falta tem se mostrado difícil para os pequenos produtores, principalmente os que estão em processo de conversão. Há ainda problemas na produção animal, sobretudo os relativos à legislação sanitária, assim como a falta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), cuja rede não dispõe de técnicos capacitados para produção orgânica. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal tem alavancado a agricultura familiar orgânica, mas se depara com essas barreiras: ATER, legislação sanitária e insumos. Outro ponto de estrangulamento importante indicado por Romeu é a falta de regras de convivência com transgênicos, cujo ônus acaba recaindo sobre o produtor orgânico que venha a ter seu produto contaminado.

¹⁸Feiras limpas vendem produtos agroecológicos, artesanais e/ou sustentáveis, que não necessariamente são certificados.



Representando os **processadores** de produtos orgânicos, a empresa Korin foi convidada para discutir sua visão sobre o mercado e os desafios desse segmento. O gerente comercial, Edson Shiguemoto, apresentou a Korin, criada em 1994, que também é produtora e está ligada à Fundação Mokiti Okada (MOA). O Sr. Shiguemoto indicou que naquele período, os esforços eram para a conversão do produtor, principalmente na região do Cinturão Verde de São Paulo e o maior desafio era fazer com que o consumidor valorizasse o produto orgânico. As dificuldades eram grandes, os custos bem diferenciados; porém, o orgânico era vendido no Ceasa, como produto convencional. Isso trouxe muitos desestímulos e muitas pessoas desistiram.

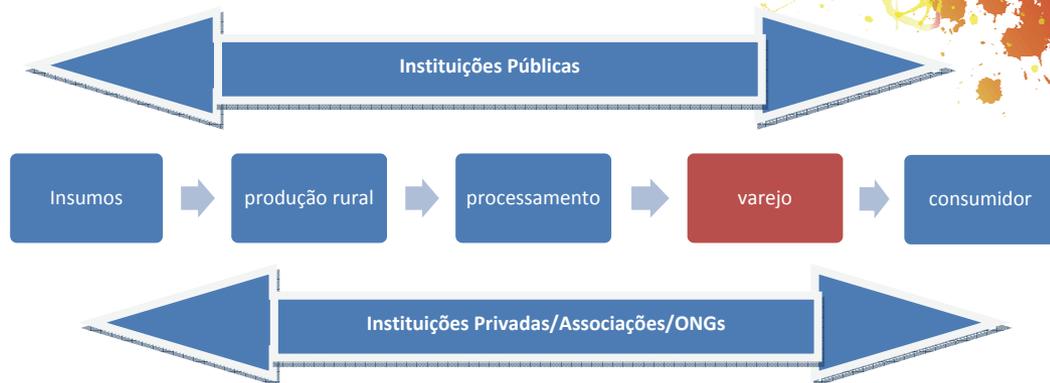
Processador

- Avanços na diferenciação entre produtos orgânicos e convencionais
- Dificuldades frente à fragilidade das relações entre produtores/processadores/supermercados e a ausência de instrumentos que possam fortalecer essas relações

A Korin foi concebida para cumprir a lacuna entre produtor e o consumidor, tinha como missão maior vender esse produto de uma maneira que agregasse valor. A empresa fez um trabalho de propaganda boca a boca, primeiro com os supermercados e outros agentes distribuidores, para depois trabalhar o consumidor final.

Hoje o carro chefe da Korin é o frango livre de antibióticos, e também o orgânico. A produção de frango tem dado condições financeiras de continuar nesse desafio da produção vegetal, de hortifrutis, que até hoje têm muitas dificuldades de ser sustentável. Para ele, é fundamental essa busca da sustentabilidade da cadeia a todos os agentes. Ao longo do período, houve o crescimento do mercado de orgânicos, mas as processadoras tiveram problemas. Há muitas dificuldades entre produtor-processador e entre produtor-supermercado, o que, na opinião de Shiguemoto, pode tornar-se insustentável do ponto de vista financeiro.

O risco maior hoje é do produtor, devido às dificuldades de produzir orgânicos e ao risco climático. O grande desafio para os processadores é garantir a fidelização do produtor e atender ao varejo. Os supermercados começaram a exigir um mix de 50-60 itens e às vezes chegam a comprar direto do produtor. Para conseguir atender à variedade dos supermercadistas e fidelizar o produtor, a Korin adota a estratégia de assumir parte dos riscos do produtor e faz acordos para dividir riscos com os produtores, promovendo a integração vertical: os produtores fornecem terra e mão de obra e a empresa entra com insumos, assistência técnica e um rendimento mínimo. Diante do aumento da demanda, a sustentabilidade inclui mecanismos para compartilhar sucesso e risco. Para Shiguemoto, tais iniciativas são individuais, partem da empresa; e indaga como o poder público pode apoiar.



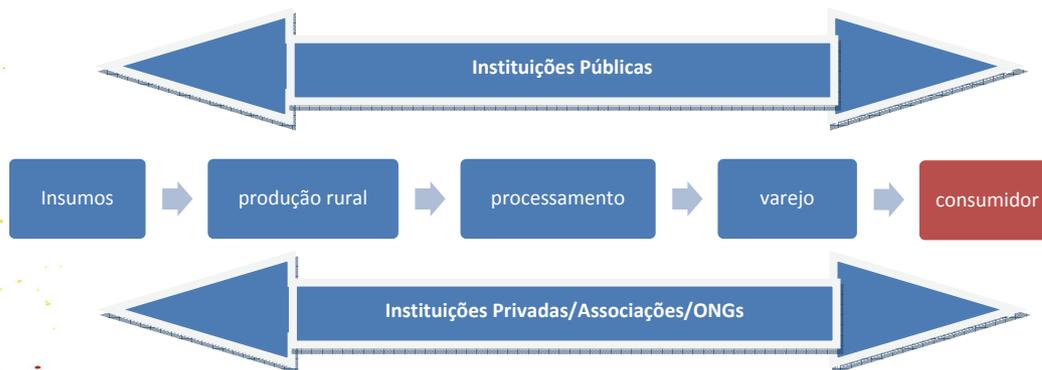
Falando em nome de novas formas de **varejo**, Nardi Davidsohn, administrador do estabelecimento Quintal dos Orgânicos, que alia restaurante e venda de ampla variedade de produtos orgânicos, processados e *in natura*, mostrou que é possível associar gastronomia, vendas físicas e virtuais por meio de redes sociais. O objetivo é fornecer um maior mix de produtos orgânicos, explicou. Em seu espaço na Vila Madalena é possível encontrar mais de 1.000 itens, que compõem uma grande diversidade destes produtos, incluindo camarão, carne bovina, suína e de aves. O Quintal trata de passar ao consumidor o conhecimento de que o produto orgânico não é, necessariamente, um alimento vegetariano. Davidsohn considera que o adicional de preços não é relevante se comparado com a qualidade e o sabor dos alimentos, o diferencial dos produtos, nestes aspectos, fideliza os clientes. Para ele, mesmo sendo produtos mais caros, sua qualidade e sabor superior garantem o consumo.

Além das vendas físicas, o restaurante orgânico serve almoço e pizza no jantar. Explicou que utilizam o sistema de *delivery*, com vendas *on line* pelo Facebook. Entregam em vários lugares do Brasil, com qualidade e preço acessível, só não incluem os produtos congelados. Mas afirma que foi um desafio fazer o produto chegar até a casa do consumidor.

Destacou que o maior desafio é fazer o mercado crescer e que o novo formato de relação com os consumidores mostra as possibilidades que as novas mídias sociais podem imprimir para o crescimento dos orgânicos. As mídias sociais e a interatividade são estratégias e ferramentas para apresentação de informações e valores que estão agregados no produto orgânico, pois os consumidores estão interessados nas características da produção que leva o produto a obter o selo orgânico. Muitas vezes os excedentes orgânicos são vendidos ao preço de produtos convencionais. Nesse segmento é necessário estimular a percepção de valor, convencer e instruir os clientes do diferencial de preços associado ao valor agregado e aos atributos do orgânico. A logística de produção e a comunicação com os consumidores pelas redes sociais são prioritárias, finalizou.

Varejo

- Avanços observados a partir de novos formatos de venda de produtos orgânicos *in natura* e processados, com destaque para as redes sociais virtuais e estabelecimentos comerciais especializados
- Dificuldades para ampliar a utilização dos mecanismos capazes de oferecer uma nova relação com o consumidor, como as ferramentas *on line*. Também é preciso estimular a percepção de valor e dos diferenciais que os produtos orgânicos podem oferecer.





Ana Flavia Borges Badue, do Instituto Kairós, falou sobre o **consumo responsável**, enquanto ação pró-ativa, mais do que simplesmente uma conscientização sobre a importância do produto saudável. É necessário ajudar a construir os processos com o consumidor tornando-se parceiro, co-produtor. Destacou os trabalhos de parceria para construção de Grupos de Consumo Responsável. O Kairós produziu uma cartilha sobre Organização de Grupos de Consumo, disponível na internet¹⁹.

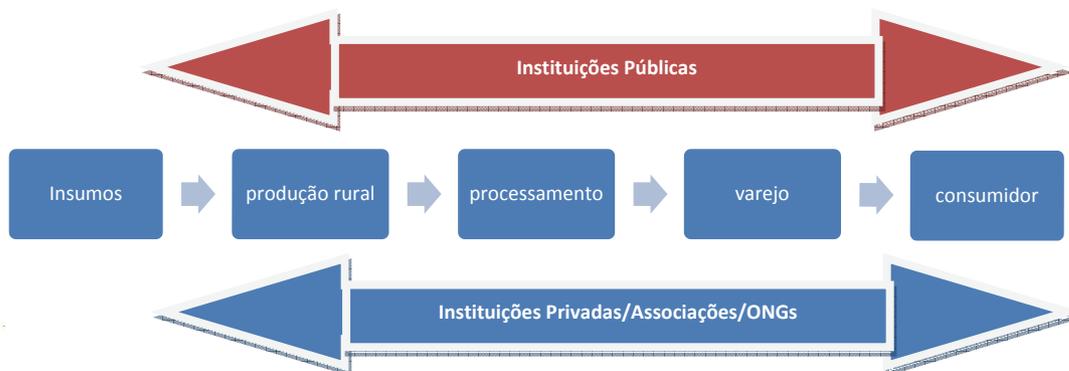
Consumo

- Avanços com a criação de grupos de Consumo Responsável, organização de feiras de produtos e economia solidária agroecológica
- Dificuldades na construção de processos que tornem o consumidor parceiro, co-produtor da agricultura orgânica

Outro trabalho realizado pelo Kairós é a organização de feiras de produtos da economia solidária e agroecológicos, na parceria de produtor e consumidor. Em Fortaleza, organizaram uma feira de orgânicos iniciada por um grupo de consumidores e produtores. A proposta está sendo colocada em São Paulo, buscando maior interação entre os produtos da economia solidária com sustentabilidade ambiental e a agroecologia, indicou. O Kairós iniciou este trabalho no Tendam da Lapa, depois foram para o Parque da Água Branca, em parceria com a feira da Associação de Agricultura Orgânica (AAO). Estão iniciando um movimento, que organiza as instituições que separadamente faziam feiras agroecológicas, para organizar uma grande feira no Parque do Ibirapuera, em parceria com a Supervisão do Abastecimento e Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo com a AAO, Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD), ANC, MOA e Slow Food.

¹⁹Disponível em: <http://www.mda.gov.br/porta1/arquivos/view/KAIROS1_-_Grupos_de_Consumo-10576904.pdf>.

Outro tema que a entidade vem trabalhando é o Controle Social da Alimentação Escolar, com ações como conscientizar a população sobre a legislação que estimula que 30% dos produtos da alimentação escolar sejam provenientes da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Kairós criou uma cartilha para estimular a mobilização da comunidade para acompanhar passo a passo o abastecimento, desde a produção até o consumo final. Por fim, destacou questões de políticas públicas, trazendo algumas conclusões das cartas de compromissos de dois seminários que ocorreram na Câmara dos Vereadores de São Paulo, em 2011 e 2012²⁰.



²⁰A Primeira Carta Compromisso de São Paulo em Prol da Agricultura Orgânica, de 2011 está disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/carta-compromisso-de-sao-paulo/>> e a Segunda Carta Compromisso de São Paulo em Prol da Agricultura Orgânica, de 2012, está disponível em: <http://www.natalini.com.br/alimentos_organicos/DOCUMENTO%201%20Relato%20da%20Mesa%20Redonda%20e%20Encaminha-mentos.pdf?!=agenda&mes=04&ano=2013>.

Como representante do **poder público municipal**, José Roberto Graziano, supervisor da Supervisão Geral de Abastecimento (ABAST), mostrou as mudanças ocorridas na capital paulista, tanto do lado da comercialização quanto da produção. A expansão das feiras orgânicas e as bancas com esses produtos em mercados municipais, além das feiras de agricultura limpa com produtos de transição e não necessariamente certificados, é uma realidade, indicou o palestrante. A partir do desafio em relação ao abastecimento de água do município de São Paulo, pensou-se na produção agrícola. Estabeleceu-se uma nova visão ambiental para a região sul de São Paulo, área da represa do Guarapiranga, para que continuasse a ser uma área não edificável com solo permeável, de produção agrícola sustentável, e que prosseguisse a produzir água. Até então, a agricultura da cidade de São Paulo estava esquecida.

Em 2010 criou-se o Programa Municipal de Agricultura, a portaria da agricultura limpa, ou de baixo impacto ambiental. A Prefeitura mapeou o número e a localização geográfica dos agricultores, chegando-se à conclusão de que a agricultura em São Paulo era bem expressiva, com propriedades de 10 ha, e até maiores na zona sul. Nesse ano criou-se o Protocolo de Boas Práticas Agroambientais, envolvendo as Secretarias estaduais de Agricultura e Abastecimento (SAA) e do Meio Ambiente (SMA) e a Prefeitura Municipal. O decreto municipal criou uma infraestrutura com três unidades de apoio, as Casas de Agricultura Ecológica (CAEs), sendo que a única tecnologia admissível para a agricultura do município é de base agroecológica. A partir de uma visão agroecológica da propriedade, e não apenas da produção, foi instituído o Selo de Qualidade Guarapiranga, cuja obtenção conta com um plano de conversão em 4 anos, considerado um diferencial de acesso ao mercado. Estão cadastrados mais de 500 produtores na cidade de São Paulo, 9 certificados e 45 estão em transição para agricultura orgânica, acrescentou Graziano.

Poder público municipal

- Avanços com a expansão de feiras orgânicas e pontos de vendas nos mercados municipais, além da criação do Programa Municipal de Agricultura Limpa ou de Baixo Impacto Ambiental e do Protocolo de Boas Práticas Agroambientais
- Dificuldades por conta da restrição orçamentária, dos obstáculos para contratação de pessoal técnico capacitado e da visão de assistencialismo do produtor

Entre os desafios estão as dificuldades de orçamento, capacitação e contratação de técnicos; e problemas com agricultores, acostumados ao assistencialismo, bem como com a falta de mão de obra. Entre as estratégias para fortalecer o Programa, criou-se uma cooperativa de agricultores da zona sul e recuperou-se uma associação de agricultores da zona leste. Além disso, há os recursos dos editais do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FEMA) para contratar empresas de assistência técnica a fim de acolher os agricultores. Entre os pontos positivos, indicou o palestrante, está o fato de os produtores estarem inseridos no maior mercado consumidor da América Latina, buscando garantir a geração de emprego e renda para a população empobrecida. Há, também, um trabalho com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) para aproveitamento do leite sob as adutoras para fazer agricultura urbana.

Poder Público Federal

- Avanços com a evolução significativa da regulamentação e com a criação do Selo SISORG
- Dificuldades estão na necessidade de melhorar o Cadastro Nacional e na elaboração de regras para o uso de sementes, mudas e resíduos animais

Renato Conceição, da Delegacia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Campinas, representando o **poder público federal**, colocou que o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vem efetuando uma série de ações direcionadas ao setor. Os avanços foram resultado de trabalho do setor produtivo junto com o Ministério, que foi se reorganizando para trabalhar com agroecologia. Os esforços se concentraram na regulamentação, que evoluiu significativamente nos últimos dez anos. Vários são os resultados das ações até o momento, entre eles pode-se citar o Caderno do Plano de Manejo Orgânico²¹, que é a cartilha que traduz a legislação para o produtor, bem como o selo SISORG, e o reconhecimento do sistema de certificação participativa²², além da Política Nacional de

²¹ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/publicacoes>>. Acessar: Caderno do Plano de Manejo Orgânico.

²² A Instrução Normativa nº 50, de 5 de novembro de 2009, que institui o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG) está disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/Instrucao_Normativa_n_0_050_de_05-11-2009.pdf>.



Agroecologia e Agricultura Orgânica. Outra linha de ação é o estímulo à transição para agricultura orgânica por meio de crédito do ABC Orgânico e apoio à rede de conversão para agroecologia. Os avanços da legislação vêm fortalecendo a confiança no setor.

O Ministério também tem apoiado ações como bancos comunitários de sementes, caderno de plano de manejo e especificações de referencial para registro de insumos, além do acesso à universalização do consumo, por meio do PAA indicou Conceição.

Entre os principais desafios estão o aperfeiçoamento do cadastro nacional de produtores orgânicos, que deverá servir como referencial estatístico, assim como a elaboração de regras, em 2013, para sementes, mudas e excrementos animais. Também serão priorizados acordos de equivalência da legislação brasileira de produção orgânica com a de outros países.

A terceira representante do setor público, a pesquisadora Yara Carvalho, do IEA, abordou aspectos da última década relacionados ao **poder público estadual**, ao movimento orgânico e ao mercado paulista. No início desse período, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) participou de uma construção e estruturação, junto ao movimento de agricultura orgânica, criando a Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento (UPD) de São Roque, a Comissão Técnica de Agricultura Ecológica, que promovia Seminários, e a Câmara Setorial de Agroecologia. Havia então muita liberdade de trabalho, indicou. Com o maior interesse pelo assunto, houve uma transformação, tanto na Comissão Técnica quanto na Câmara Setorial do estado, que estão modificadas. Hoje, enquanto o fórum estadual acaba ocorrendo nas reuniões mensais estipuladas pelo MAPA, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) não consegue mais internalizar as demandas. Porém houve avanços nas políticas municipais, como a Lei de Guarapiranga e de Agricultura Limpa em São Paulo, a volta ao

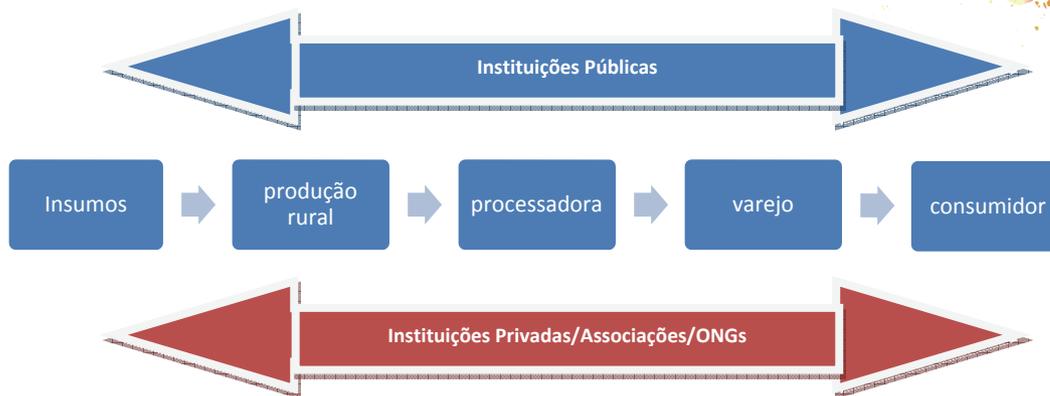
Poder Público Estadual

- Avanços com a criação da Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de São Roque, da Comissão Técnica de Agricultura Ecológica, da Câmara Setorial de Agroecologia e da Articulação Paulista de Agroecologia
- Dificuldades de articulação dos vários colegiados atuantes em São Paulo e destes com os colegiados municipais e federais.

campo de japoneses, o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), as feiras, etc. Na falta de um espaço para discussão e articulação das experiências, foi criado um fórum específico para isso, com a Articulação Paulista de Agroecologia (APA), indicou Yara Carvalho.

O movimento de agricultura ecológica é de construção, de ação conjunta de política de agroecologia no Estado. Antes havia certa divisão de mercado: a AAO ficava com o mercado interno, o Instituto Biodinâmico (IBD) com o mercado externo, etc. Atualmente, o movimento está mais focado na agroecologia e agricultura familiar com a Articulação Paulista de Agroecologia (APA), que dialoga com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e estão incluídos novos atores como a UPD de São Roque e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros. O movimento, como articulação pública, está fragmentado. O estado perdeu o foco, as atividades estão desarticuladas e não têm linha de ação clara, opinou a palestrante. Além disso, apesar de alguma articulação, ainda há dificuldades nas relações entre órgãos públicos, como as Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente.

Observa-se, também, nesse período, uma desarticulação no mercado. Certificadores como a Mokitoki Okada (CMO) não existem mais, e os produtores tiveram que procurar outras certificadoras. O mercado em São Paulo era favorável aos agricultores orgânicos, mas depois reduziu em função da concorrência com outros estados. Citando exemplo indicou a Horta & Arte, uma empresa paulista que hoje não existe mais. Os agricultores orgânicos de São Paulo perdem quando todos ganham. Na opinião da pesquisadora, apesar dos avanços, ainda se observa uma desarticulação institucional no âmbito da Agricultura Orgânica no estado, e finaliza apontando que outros estados estão avançando mais que São Paulo nesse aspecto.



Representando as **instituições privadas** de apoio ao sistema-rede, Daniel Schuppli, da IMO do Brasil, participou representando a **certificação**. No início dos anos 2000, os produtores eram pouco visíveis e o foco do interesse pela agroecologia era o campo, sendo que os certificadores respondiam a outras demandas da cadeia produtiva, o que não era sua função e nem estavam preparadas para esse atendimento. Nessa época não existiam regras claras e homogêneas, identificava-se a ausência de um entendimento comum e, também a articulação e comunicação entre os produtores e os demais elos era muito precária. Tinham início as vendas em redes de varejo,

Certificação

- Avanços com a regulamentação nacional e criação de colegiados, como as Comissões de Produção Orgânica
- Dificuldades para internalizar o conceito de agroecologia, fomentar o aumento da oferta e a diversidade de produtos, bem como a concorrência com outras formas de certificação de produtos

mas a maior renda vinha de produtos destinados ao mercado externo, exportando-se em torno de 70% da produção, explicou o palestrante.

Hoje a situação é diferente, o número de participantes é muito maior, o País tem uma regulamentação nacional e conta com criação de colegiados como as Comissões da Produção Orgânica (CPOrgs). Ainda que com problemas, a atividade está mais organizada, deixando claro o papel das certificadoras, que são agora prestadoras de serviço de verificação de conformidade, explicou Schuppli. Observa-se no estado um crescimento da indústria de transformação, ainda que com matéria-prima de outras regiões. A produção primária se diversificou, mas ainda está aquém da demanda, o que provoca uma disputa pela oferta.

São Paulo tem cerca de 200 produtores orgânicos certificados por auditoria, 20% dos quais já existiam cinco anos atrás. Há muitos produtores novos, mas muitos desistiram da atividade. Alguns fatores complicadores podem ser numerados, como a incompatibilidade de orgânicos com transgênicos, custo de mão de obra, câmbio desfavorável, falta de tecnologia e de investimento na qualidade dos produtos. Outro aspecto importante relaciona-se a outras formas de certificação de produtos pautados em critérios e padrões diferenciados e, até menos rigorosos, de certificação agrícola, que acabam atraindo os consumidores. Assim há a necessidade de destacar o conceito de agroecologia e da produção a partir dele, bem como o desenvolvimento de mecanismos capazes de ampliar as certificações e melhorar os serviços prestados.

No que se refere à **capacitação** em agricultura ecológica, o palestrante Luiz Norder, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), destacou o cenário de complexidade e a necessidade de aprimoramento e formação continuada vinculando a educação à capacidade de transformação das relações sociais e institucionais. Ressaltou que a educação é sempre incompleta e é necessária a atualização permanente de

Capacitação

- Avanços discretos na inserção da agricultura ecológica no sistema de ensino
- Dificuldades para implementar a capacitação continuada e medidas para mitigação do passivo escolar dos produtores



todos os atores envolvidos.

Um obstáculo à agricultura orgânica é, em geral, o passivo de escolaridade dos produtores agrícolas. O sistema de ensino e a extensão rural cumprem papel estratégico neste processo de desenvolvimento do setor. A extensão rural é uma atividade muito próxima à educação e o sistema atual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) não favorece a capacitação dos técnicos, ressaltou Norder. O extensionista pode estimular a capacitação e relação cidadã entre as pessoas com visitas, cursos, minicursos e cartilhas. É o responsável por fazer a mediação entre as políticas públicas, as inovações importantes e o produtor, portanto, precisa de uma formação contínua, necessidade que nem sempre é reconhecida pelas suas organizações.

Hoje se vislumbram alguns sinais de mudanças nesse cenário, Norder indicou que, em São Paulo, vêm ocorrendo algumas alterações no sistema de ensino, principalmente nas universidades e nas escolas médias, que têm tido papel importante, ao proporcionar cursos de formação e capacitação de especialistas. Algumas universidades ainda têm atuado na aglutinação dos muitos grupos que estão surgindo para mobilizar e pensar o setor.

4.2 • Discussão dos Grupos

Os participantes do Workshop foram previamente divididos para uma dinâmica em cinco Grupos de Trabalho (GTs), que foram identificados com as cores verde, vermelho, azul, amarelo e roxo. Os grupos ocuparam salas diferentes, para uma discussão simultânea em torno de algumas questões relacionadas ao sistema-rede de produtos orgânicos. As perguntas norteadoras da dinâmica dos grupos foram: *Diante do cenário atual, quais fatores dificultam a expansão da agricultura orgânica em São Paulo? Quais ações poderiam ser propostas? Quem seriam os responsáveis pelas ações?* Na plenária final, os representantes dos grupos trouxeram os resultados das discussões²³, cuja síntese é apresentada a seguir.

Os principais resultados da discussão do Grupo Verde incluíram quatro pontos que dificultam a expansão da agricultura orgânica no estado:

- a) Apoio à assistência técnica, a começar pelos órgãos públicos, como a Coordenaria de Assistência Técnica Integral (CATI), da SAA, além de outros atores. É possível criar mecanismos para estimular um mercado de prestação de serviços direcionado para a assistência técnica²⁴, sob responsabilidade da sociedade civil, iniciativa privada e associações, cooperativas e ONGs.

Grupo Verde

- ATER pública e privada
- Simples Orgânico
- Permeabilidade do consumo
- Qualidade do produto

²³Um esboço das discussões ocorridas em cada grupo poderá ser encontrado no Anexo 3.

²⁴Segundo Daniel Schuppili, existem modelos como *grant programs* ou sistema de *voucher* em que o produtor recebe do governo, a fundo perdido, parte do pagamento de um consultor profissional. O produtor está livre na escolha de um prestador de serviço competente e conveniente e pode optar por um serviço direcionado para as suas necessidades. Em geral, estes programas trabalham com uma contrapartida de 50% do valor do serviço e duram em média 3 anos. A Argentina fez isso para o mercado de orgânicos 10 anos atrás. O custo deste incentivo para o governo é muito pequeno e o benefício muito grande (cria um setor que emprega pessoas e paga impostos). Instituições financeiras, como o Banco Interamericano, dispõem de vasto conhecimento e linhas de financiamento para tais programas.



- b) Documentação para certificação: há necessidade de se criar procedimentos para agilizar o processo para o produtor. A sugestão é que fique a cargo do CPOrg. Para o grupo verde, a solução seria um “Simples Orgânico” para alcançar a simplificação das exigências legais e/ou facilidades na documentação necessária para a regularização da propriedade, para unidades em processo de certificação orgânico.
- c) Aumento da permeabilidade do consumo, sobretudo pela mídia e educação.
- d) Aumento da qualidade do produto.

O Grupo Vermelho levantou dez aspectos sobre os fatores que dificultam o crescimento do mercado de orgânicos:

- a) Visão elitista do produto orgânico e dificuldade de acesso ao alimento. Os preços altos poderiam ser reduzidos por meio de compras diretas do produtor. A merenda escolar poderia estimular mercados locais.
- b) No caso de insumos (sementes e mudas), recomenda-se a criação de um sistema de produção que reúna pesquisa e extensão e certificadores do poder público, a exemplo de outras localidades.
- c) É preciso preparar facilitadores para reduzir a falta de conhecimento do produtor sobre a cadeia de orgânicos, com visão dos direitos das classes menos favorecidas ao alimento orgânico, uma tarefa que ficaria a cargo das escolas e poder público.
- d) Falta de conscientização do consumidor em relação aos “padrões de qualidade” do orgânico e do produtor sobre “produção com qualidade”. Falta de uma classificação para produtos orgânicos. É necessário capacitar educadores e difusores do conhecimento, com incentivos privados de iniciativas à educação e à pesquisa.

Grupo Vermelho

- Visão elitista do produto
- Conscientização do consumidor
- Apoio à transição
- Crédito para orgânicos
- Falta sintonia entre elos da cadeia produtiva
- Acesso ao alimento por toda a população
- Falta mão de obra e ATER especializadas
- Estimular mercados locais
- Profissionalizar toda a cadeia produtiva

- 
- e) Prejuízo na fase de transição, associado à falta de visão de negócio na propriedade. Seria conveniente uma política do governo estadual para orgânicos, como pagamento por serviços ambientais.
 - f) A fase de transição de produção convencional para a orgânica exige conhecimento e o acesso a crédito não é facilitado. Os produtores têm dificuldade para elaborar projetos e os agentes financeiros não têm conhecimento de linhas de financiamento específicas para a agricultura orgânica.
 - g) Falta de sintonia entre elos da cadeia, como o desconhecimento do produtor quanto aos requisitos de garantia, qualidade, segurança alimentar e rotulagem. A capacitação dos produtores em gestão da propriedade pode ser estimulada pela CATI.
 - h) Falta mão de obra capacitada em agricultura orgânica, tanto em quantidade como em qualidade, assim como existe falta de assistência técnica especializada. Políticas municipais poderiam facilitar a difusão do conhecimento.
 - i) Falta de conhecimento do consumidor sobre produtos orgânicos. É preciso tanto profissionalizar a distribuição quanto conscientizar os consumidores, a sociedade e as empresas privadas, de preferência aproximando os segmentos de distribuição e consumo. Os consórcios municipais poderiam contribuir.
 - j) Promoção da sustentabilidade em aspectos como a qualidade da água, custo e desperdício de embalagens. Devem ser criados incentivos para a preservação da água e realizar estudos de sistemas corretivos naturais. Deve-se estimular a profissionalização de toda a cadeia produtiva.

O Grupo Azul destacou três grandes grupos de fatores:

- a) Produtos orgânicos estão associados a uma forte assimetria de informações e oportunismo, já que é difícil identificar se o produto é ou não orgânico sem o apoio de sistemas de certificação. Isso se aplica a todos os elos da cadeia.
- b) Dificuldade para escoar os produtos orgânicos: como a entrada nos mercados, os elevados custos de produção e o consumo pequeno. Faltam campanhas informativas ao consumidor,

Grupo Azul

- Assimetria de informações
- Dificuldade para escoar a produção
- Compras institucionais



criação de sistemas de associativismo para participar de licitações públicas, incremento da extensão rural, além de estímulo e diversificação de pontos de venda, incluindo a utilização de redes sociais e de compras coletivas. Incentivar a criação de mercados locais e de políticas públicas para incrementar a agroindústria, o processamento e produção e o consumo local. Identificar oportunidades de redução de custos.

- c) Evasão de produtores orgânicos do campo. A escala de produção pode ser estimulada por meio de compras institucionais, assim como parcerias público-privadas, incentivos e redução do “custo Brasil”.

Os principais problemas e soluções identificados na discussão realizada pelo Grupo Amarelo foram:

- a) Desinteresse e desvalorização da agricultura por parte do setor público paulista e falta de sensibilidade da SAA (para a demanda por sistemas de produção orgânicos). A ausência de articulação institucional Federação/Estado/Município, além de divergências político-partidárias que dificultam a interação entre governos federal e estadual, estão levando à privatização da ATER. As ações sugeridas passam pelo fortalecimento da Frente Parlamentar e regulamentação da Lei de Agricultura Orgânica do Estado de São Paulo.

Grupo Amarelo

- Desarticulação institucional em diferentes esferas de governo
- Difundir tecnologias agroecológicas
- Fortalecimento da comercialização e do Fórum Paulista de Agroecologia
- Políticas específicas para agricultura familiar orgânica
- Falta de pressão social
- Agricultura patronal e *fair trade*

- b) Tecnologias agroecológicas disponíveis, mas pouco difundidas pela fragilidade do atual sistema de pesquisa e extensão. Observa-se resistência a mudanças, seja pelos produtores, governo, pesquisa, consumidores, etc., além de falta de amparo técnico ao produtor. As informações técnicas são pouco difundidas. Algumas propostas de ação referem-se ao fortalecimento do Fórum Paulista de Agroecologia e à criação de um setor especial ligado

- ao Gabinete da SAA, com recursos para alavancar ações institucionais e uma política pública para o setor.
- c) Preço alto dos produtos orgânicos em supermercados: os orgânicos são para ricos. As formas de comercialização poderiam ser melhoradas e ser estimulado pelo Fórum Paulista de Agroecologia.
 - d) A agricultura familiar orgânica (que envolve a pluriatividade e conta com a presença de aposentados) requer políticas específicas no âmbito estadual que levem em conta as diferenças entre os contextos locais, como a criação de uma declaração estadual que substitua a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).
 - e) Ausência de pressão social para que o setor público estimule a produção orgânica familiar (Demanda Cidadã, informação). À Comissão Técnica de Agricultura Ecológica (CTAE) caberia favorecer as ações de organização de produtores e estimular a pesquisa, capacitação, difusão de tecnologias e assistência técnica para a agricultura orgânica familiar. Deve-se levar em conta a importância da formação cidadã na semana de agricultura orgânica ao CPOrg-SP, que poderia promover e viabilizar feiras municipais com formação cidadã. A agricultura patronal poderia ser inserida no *Fair Trade* (comércio justo).

Finalmente, a síntese da discussão do Grupo Roxo aponta abaixo as seguintes dificuldades e propostas:

- a) Falta de mão de obra e de valorização do trabalho rural. As carências poderiam ser reduzidas com campanhas de valorização do homem do campo e estabelecimento de uma política educacional para valorização da agricultura e alimentação, que estivessem sob responsabilidade de Sindicatos de Produtores e Trabalhadores Rurais, universidades e ONGs.
- b) ATER deficiente, em quantidade e qualidade. Isso requer o fortalecimento da assistência técnica e maior investimento do estado em ATER, pesquisa e educação, com a participação de municípios, universidades, escolas e o terceiro setor.



- c) Falta de comunicação entre produtores e consumidores e de difusão de técnicas de produção. O fortalecimento dos elos da rede de orgânicos pode auxiliar, assim como a produção e distribuição de cartilhas e boletins e o estabelecimento de políticas de apoio à transição agroecológica, que envolveriam o MAPA, Secretaria de Educação, universidades e o terceiro setor.
- d) Falta de insumos e equipamentos para agricultura orgânica, cujo registro poderia ser agilizado pelo MAPA.
- e) Legislação inadequada e falta de fiscalização na relação entre produtores orgânicos e convencionais vizinhos, que poderiam ser sanadas com a capacitação e formação continuada de produtores²⁵, a cargo da CATI, universidades, ONGs, SENAR e SEBRAE.
- f) Elitização dos produtos para o consumidor sem necessariamente haver retribuição para o agricultor. Entre as ações propostas estão a transparência nos preços praticados, redução de impostos e incentivo fiscal para produtores orgânicos.
- g) Falta de formação e de informação por parte de agentes que possuem uma forte capacidade de influenciar os produtores e os consumidores. A proposta seria promover mudanças de currículo nas escolas de agronomia, medicina e nutrição, para introduzir informações sobre agricultura orgânica e o consumo de alimentos orgânicos.

Grupo Roxo

- Valorização do homem do campo
- Fortalecer ATER, pesquisa e educação
- Falta de comunicação entre produtores e consumidores
- Insumos e equipamentos registrados
- Relação conflituosa entre vizinhos orgânicos e convencionais
- Elitização dos produtos orgânicos
- Mudança nas grades curriculares de escolas e universidades

²⁵Giliane Ingratta acrescenta a necessidade de mudança na legislação para proteger as produções e as sementes de contaminação. Deveria haver uma legislação específica contra o uso dos agrotóxicos neonicotinóides de efeitos notoriamente perigosos para as abelhas (thiametoxam, imidaclopride e clothianidine).

4.3 • Sistematizando os Resultados

Os resultados aqui apresentados podem se unir às conclusões do Workshop de 2002 e assim consolidar as bases das **diretrizes de ação**, com efeitos na estrutura social, aprendizado e externalidades de redes, capazes de promover o desenvolvimento da agricultura orgânica em São Paulo, seja na produção, seja na comercialização e consumo.

Retomando as conclusões do Workshop de 2002, é possível dividi-las em três tipos distintos: a) as que perderam importância ao longo do tempo; b) as que foram encaminhadas e/ou solucionadas; e c) as que ainda aguardam solução. Neste Workshop, realizado em 2012, como resultado das transformações ocorridas no setor, novas conclusões também foram equacionadas.

Entre as conclusões do primeiro tipo está a elaboração de um *projeto para quantificar externalidades* positivas e negativas da agricultura orgânica *versus* a convencional, que não chegou a ser mencionado nas apresentações nem nas discussões de grupo, apesar de ser uma possível estratégia de divulgação. Outro ponto é a identificação de *ações oportunistas*, que apesar de ainda ocorrerem, surgiu na discussão de apenas um grupo. Em tese tende a perder importância em função dos mecanismos de controle da qualidade orgânica, sejam os sociais, que vêm sendo desenvolvidos, e os oficiais, que foram estabelecidos na última década.

Levando-se em conta as conclusões que foram solucionadas e/ou encaminhadas, destaca-se o *fortalecimento do ambiente institucional*, os avanços significativos das regras que regulamentam a atividade nos últimos dez anos são responsáveis, pelo menos em parte, pelo momento de transição que o setor passa atualmente, com turbulências geradas pelas dificuldades do setor para adaptação às novas normas, como **falta de instrumentos para regularização de insumos**. O MAPA vem coordenando um processo de organização do setor, trazendo para si uma série de ações, responsabilidades e controles como, por exemplo, a obrigatoriedade do selo de qualidade orgânica (SISORG), assim como a forma de



funcionamento dos certificadores, seja por auditoria ou por sistemas participativos. A *geração de estatísticas confiáveis*, que também foi uma conclusão do Workshop anterior, também está entre eles. As estatísticas se baseiam no cadastro nacional, exigido por lei, e já estão sendo disponibilizadas *on line*, apesar de ainda necessitarem de alguns ajustes. Há também a expectativa gerada pelo Decreto 7.794/2012, que institui a recém-criada Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Contudo, com o objetivo de formular diretrizes de ação para o desenvolvimento da agricultura orgânica paulista, o maior foco recai sobre as conclusões do terceiro tipo, ou seja, aquelas que ainda aguardam solução, e que emergiram junto a novas propostas nas discussões do Workshop de 2012. Entre as conclusões que evoluíram pouco na última década e ainda aguardam encaminhamentos mais efetivos duas se referem ao desenvolvimento de ferramentas de construção do conhecimento e outras duas dizem respeito aos instrumentos de política de fomento à produção orgânica.

A falta de **crédito compatível** com a atividade e de **políticas de apoio à transição** são ainda uma realidade. Esses pontos foram colocados neste workshop por três grupos, que destacaram, de um lado, a ausência de crédito específico e, de outro, o despreparo tanto dos produtores para elaboração de projetos quanto dos agentes financeiros convencionais para financiar produtores em transição agroecológica. Mesmo levando em conta os avanços observados na Região Metropolitana de São Paulo, as políticas de apoio à transição devem considerar **apoio financeiro**, para reduzir os riscos e prejuízos dos produtores, e **apoio técnico**, sob a responsabilidade do MAPA, Secretaria de Educação, universidades e terceiro setor.

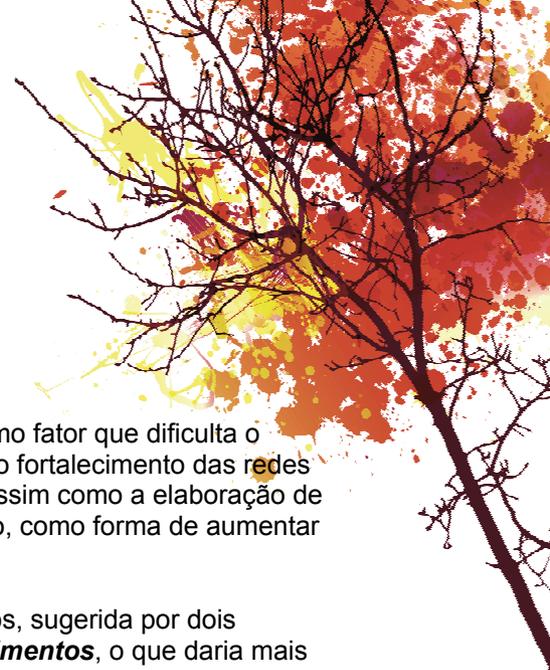
Um dos grupos colocou a necessidade de melhorar a **qualidade dos produtos**, e outro a necessidade de estimular a escala, o que poderia ocorrer por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e compras institucionais. Dois grupos destacaram a necessidade de revalorização do trabalho rural para reduzir a **evasão do campo**, que provoca falta de mão de obra, sobretudo qualificada.

No que se refere ao **escoamento da produção**, apresentado por dois grupos, foi sugerida uma diversificação dos pontos de venda, como redes sociais e vendas coletivas, o que pode ser auxiliada pelo Fórum Paulista de Agroecologia e o movimento *fair trade*. Quatro grupos abordaram os **preços altos**, que não necessariamente se traduzem em benefícios diretos para o produtor, ressaltando ser necessário identificar oportunidades de redução de custos, como embalagens, certificação, redução de impostos e do custo Brasil. Um ponto ressaltado pelos cinco grupos do Workshop foi a necessidade de aumentar a **permeabilidade do consumo**, reduzindo o elitismo e promovendo maior inclusão de acesso ao alimento orgânico, como merenda escolar, pequenas agroindústrias e mercados locais.

Outras conclusões do Workshop anterior que caminharam pouco na última década foram: falta de **investimentos em pesquisa e construção do conhecimento**, assim como uma **política de educação que mostre a agricultura orgânica como mecanismo da sustentabilidade** avançaram muito pouco no estado, ficando sob a responsabilidade, sobretudo de ONGs, e permanecem presentes nas discussões. Ações direcionadas nesse sentido devem **fortalecer os trabalhos em redes** diante de novos desafios.

A implantação de uma **política educacional de valorização da agricultura e alimentação** é importante em diversos segmentos do sistema-rede de orgânicos, com alterações em currículos de escolas técnicas e universidades. Quatro grupos destacaram a assimetria de informações entre diferentes elos da cadeia produtiva. Foi sugerido que o CPORG paulista poderia, por exemplo, estimular a **formação cidadã** em feiras municipais.

A pequena divulgação de tecnologias disponíveis mostra a deficiência do sistema atual de **ATER**, tanto em quantidade quanto em qualidade, que foi unanimidade entre os grupos, o que destaca a prioridade em **capacitar educadores, produtores e mão de obra**, de maneira continuada.



A **falta de sintonia na cadeia** foi apresentada por quatro grupos como fator que dificulta o desenvolvimento da agricultura orgânica paulista. Foi recomendado o fortalecimento das **redes** para promover maior comunicação entre os diferentes segmentos, assim como a elaboração de boletins e cartilhas. Também é importante fortalecer o associativismo, como forma de aumentar a participação de produtores em licitações públicas.

Outra medida de impacto sobre o sistema-rede de produtos orgânicos, sugerida por dois grupos, é a redução da burocracia, com a **simplificação de procedimentos**, o que daria mais agilidade aos processos em unificar o entendimento de certificação e de liberação de registros de insumos, principalmente entre o MAPA, a ANVISA e o MMA.

Finalmente, dois grupos destacaram o desinteresse e a desvalorização da agricultura, em diversas instâncias institucionais, a começar pelas relações entre Federação, Estados e Municípios, cujas ações geralmente são desarticuladas devido a distintos interesses político-partidários. O fortalecimento da Frente Parlamentar e a elaboração da Lei de Agricultura Orgânica no Estado de São Paulo podem apoiar as organizações estaduais de apoio à agricultura ecológica que, ao longo da última década, perderam espaço dentro da estrutura da SAA. Foi sugerida a criação de um setor ligado ao Gabinete da Secretaria, com orçamento próprio para desenvolver ações institucionais e **políticas específicas para a agricultura familiar orgânica**, de modo a promover maior participação do governo estadual na organização dos produtores e nos investimentos em pesquisa e extensão.

O quadro 1 consolida os principais desafios e eixos de cooperação da Agricultura Orgânica no Estado de São Paulo, conforme as fontes potenciais de agregação de valor, a partir dos resultados obtidos no Workshop.

Quadro 1 - Fontes Potenciais de Geração de Valor, Desafios e Eixos de Cooperação da Agricultura Orgânica em São Paulo

(continua)

Fontes potenciais de geração de valor	Desafios e eixos de cooperação
a) Estrutura social	<ul style="list-style-type: none">- Desafios<ul style="list-style-type: none">- incentivar a organização dos produtores visando ganhos de escala e escopo ao produzir na mesma região;- promover ações para cooperação na colheita e compartilhamento de equipamentos;- promover políticas que evitem a evasão de mão de obra qualificada do campo;- estimular o acesso e popularização dos produtos orgânicos;- estimular ações de parceria nas relações produtor/processador/mercado;- identificar oportunidades de redução de custos.- Eixos de cooperação<ul style="list-style-type: none">- incentivo ao crédito solidário e compatível com a atividade;- promoção do compartilhamento de valores e ensinamentos;- organização de feiras e novos canais de comercialização.

Fonte: Resultados da pesquisa.



Quadro 1 - Fontes Potenciais de Geração de Valor, Desafios e Eixos de Cooperação da Agricultura Orgânica em São Paulo

(continua)

Fontes potenciais de geração de valor	Desafios e eixos de cooperação
b) Aprendizado	<p>- Desafios</p> <ul style="list-style-type: none">- promover cursos de formação cidadã para valorizar a agricultura, a alimentação e a sustentabilidade;- aperfeiçoar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e integração de suas redes: apoio, prestação de serviços e difusão de tecnologia;- incentivar práticas de melhoria da qualidade dos produtos;- adotar políticas de formação de educadores, produtores e mão de obra pouco qualificados. <p>- Eixos de cooperação</p> <ul style="list-style-type: none">- aperfeiçoamento da gestão da propriedade;- mudança curricular dos cursos técnicos e universitários;- promoção da organização de grupos de consumo responsável;- adoção de cursos de capacitação de educadores, produtores e mão de obra;- criação de políticas de investimento em pesquisa e construção do conhecimento.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Quadro 1 - Fontes Potenciais de Geração de Valor, Desafios e Eixos de Cooperação da Agricultura Orgânica em São Paulo

(conclusão)

Fontes potenciais de geração de valor	Desafios e eixos de cooperação
c) Externalidades de rede	<p>- Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> - aperfeiçoar políticas que facilitem a produção e a regularização dos insumos adequados à demanda da produção orgânica; - criar políticas de apoio à transição; - promover mecanismos de conscientização do consumidor e incentivo à alimentação saudável; - incentivar investimento em infraestrutura para escoar a produção; - estimular políticas de valorização da agricultura; - estimular políticas de educação para sustentabilidade; - promover a criação de regras da Vigilância Sanitária para Agricultura Orgânica; - realizar estudos que visem adoção de regras para classificação de produtos orgânicos; - criação de mecanismos de Pagamento de Serviços Ambientais para produtores orgânicos; - promover instrumentos para simplificar procedimentos de certificação e concessão de registros; - incentivar a articulação dos colegiados federais, estaduais e municipais. <p>- Eixos de cooperação</p> <ul style="list-style-type: none"> - incentivo ao Protocolo de Boas Práticas Agroambientais; - aprimorar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos; - criação de programas municipais de agroecologia; - regularizar o registro de insumos; - promover a articulação de colegiados federais, estaduais e municipais; - incentivar ações para fortalecer e integrar o trabalho dos Fóruns, Frentes Parlamentares e redes de Agricultura Orgânica, Educação e Saúde; - estimular a criação de políticas específicas p/ agricultura familiar orgânica, incluindo a agroindústria familiar.

- Fonte: Resultados da pesquisa.



A estrutura social, o aprendizado e as externalidades de rede, que compõem as fontes potenciais de geração de valor, mostram uma dinâmica dentro do sistema-rede de orgânicos, que está associada à definição de recursos materiais e humanos e à geração e difusão de conhecimento, assim como a diferentes formas de articulação e arranjos institucionais entre os agentes produtivos.

No que se refere àquelas fontes potenciais relacionadas à **estrutura social**, ou seja, ao estímulo a propostas cooperativas entre os agentes produtivos, os desafios e eixos de cooperação mais importantes dizem respeito a ações que podem ser promovidas prioritariamente por ONGs, tais como: o fortalecimento de associações locais de produtores e consumidores, e pelo poder público, como organização de feiras e novos pontos de comercialização, assim como linhas específicas de crédito e seguro, como proposto pelo recente Programa Estadual de Agricultura Orgânica²⁶ lançado pelo governador do estado. O apoio da SNA, nesses casos, poderá ser eventual.

As fontes de geração de valor relacionadas ao **aprendizado**, que abrem espaço para as oportunidades de inovação, e às **externalidades de rede**, que promovem a difusão da adoção, exigem estruturas mais complexas. Além das ONGs e do setor público, a SNA poderá focalizar suas linhas de ação nas diretrizes compostas pelos eixos de cooperação relacionados ao *investimento e difusão de conhecimento e ao aprimoramento institucional*.

²⁶O Programa São Paulo Orgânico foi lançado em março de 2013. Trata-se de uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Agricultura e Meio Ambiente com associações e outras entidades ligadas ao setor, que preveem a destinação de crédito e assistência técnica para a transição à produção de orgânicos.

No caso dos eixos de cooperação relacionados ao aprendizado, a expansão da agricultura orgânica no estado envolve a necessidade de educação e capacitação junto a diversos atores sociais: crianças, jovens, consumidores, educadores, extensionistas, produtores e trabalhadores rurais, entre outros. As ações da SNA também podem focalizar a promoção e a difusão do conhecimento específico para a atividade, seja por meio da pesquisa oficial seja pela troca de saberes e experiências entre agricultores.

Quanto às externalidades de rede, o aprimoramento institucional é muito importante para ampliar a adoção da agricultura orgânica não só em São Paulo, mas em todos os estados da Federação. A SNA poderá se unir a entidades da sociedade civil organizada e ao poder público de diferentes esferas para atuar de maneira mais orientada para acelerar o registro de insumos, incentivar programas específicos de Agroecologia e agricultura orgânica, assim como fortalecer a articulação das redes, fóruns, colegiados e Frentes Parlamentares.

5 • CONCLUSÕES

A agricultura orgânica vem passando na última década por transformações estruturais que são resultado de novas formas de organização e articulação entre os agentes produtivos. Nesse período de transição, a progressiva expansão do mercado de orgânicos mostra que, apesar das dificuldades, há uma maior sensibilização e mobilização de diferentes esferas do setor público, empresas, consumidores e a sociedade civil organizada pela busca da sustentabilidade em torno de um ideal orgânico e agroecológico. Além do aspecto econômico, a dimensão social e as estreitas relações entre agricultura e meio ambiente também começam a ser consideradas.

A dinâmica dessas mudanças engloba tanto as relações verticais, entre os segmentos da cadeia produtiva, quanto as relações horizontais, ou seja, entre os diferentes agentes que atuam no mesmo segmento. Nesse contexto, é possível observar a emergência de novas formas de cooperação entre os diferentes atores sociais do sistema-rede de produtos orgânicos.

Este trabalho teve por objetivo reunir informações para identificar e sistematizar os fatores que dificultam o desenvolvimento da agricultura orgânica no Estado de São Paulo nos últimos dez anos. A proposta foi a de indicar os eixos de estratégias de ação e de políticas públicas por meio de um Workshop que reuniu a visão de diferentes agentes sociais ligados ao setor.

Os resultados aqui apresentados, incluindo tanto as considerações trazidas pelos especialistas convidados quanto aquelas das discussões dos grupos de trabalho, permitiram consolidar as bases das diretrizes de ação, apontando para as fontes potenciais de geração de valor, de acordo com o modelo adotado. A metodologia empregada permitiu identificar as dificuldades e os eixos de cooperação fundamentais para estimular a solução dos desafios associados ao crescimento desse mercado.



No que se refere às fontes potenciais de agregação de valor ligadas à estrutura social, ou seja, ao estímulo a propostas colaborativas entre os agentes produtivos, os principais desafios e eixos de cooperação dizem respeito a ações que podem ser promovidas prioritariamente por associações e ONGs, tais como o fortalecimento do associativismo de produtores e consumidores. O poder público também pode atuar em diferentes esferas, como na organização de feiras e na concessão de linhas específicas de crédito e seguro específicos. O apoio da SNA, nesses casos, poderá ser pontual.

Com relação à geração de valor relacionada tanto ao aprendizado, cujas fontes abrem espaço para as oportunidades de inovação, quanto às externalidades de rede, que promovem a difusão da adoção, exigem estruturas mais complexas. Além da sociedade civil organizada e do poder público, a SNA poderá focalizar suas linhas de ação nas diretrizes compostas pelo fortalecimento dos eixos de cooperação relacionados tanto ao investimento em geração e difusão de conhecimento quanto ao aprimoramento institucional.



BIBLIOGRAFIA

BIDERMAN, I. **Orgânico a preço de banana** - novo supermercado promete de sabão a vinho, produzidos de forma ética, sem cobrar os olhos da cara. Folha de S. Paulo, Caderno Equilíbrio, p. 3, 21 ago. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Legislação para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal**. Brasília: MAPA/ACS, 2009. 195 p.

_____. _____. **MAPA, 2011**. Disponível em: <<http://www.prefiraorganicos.com.br/>>. Acesso em: 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário, 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 16 out. 2012.

LAZZARINI, S.; CHADDAD, F. R.; COOK, M. L. **Integrating supply chain and network analysis: the study of netchains**. Journal of Chain and Network Science. Wagening Academic Publishers, v. 1, p.01-22, jun. 2001.

PÃO DE AÇÚCAR. Sabores da Semana – ofertas válidas de 31 de agosto a 05 de setembro de 2012.

PENSA/FIPE/SEBRAE. Estudo do sistema agroindustrial de produtos orgânicos no Estado de São Paulo (2002). Disponível em <http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Estudo_do_sistema_agroindustrial_de_produtos_orgânicos_de_SP_2002.pdf>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Casa Civil - Decreto nº 7.794, de 20/08/2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>.

SIGLAS

AAO - Associação de Agricultura Orgânica
ABAST - Supervisão Geral de Abastecimento do Município de São Paulo
ABD - Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica
ABIO - Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
ANC - Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APTA - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAE - Casa de Agricultura Ecológica
CATI - Coordenaria de Assistência Técnica Integral
CI Orgânicos - Centro de Inteligência em Orgânicos
CMO - Certificadora Mokiti Okada
COAGRE - Coordenadoria de Agroecologia
CPOrg - Comissão da Produção Orgânica
CTAE - Comissão Técnica de Agricultura Ecológica
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
FEMA - Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FUNDEPAG - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio
GT - Grupo de Trabalho
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBD - Instituto Biodinâmico

IEA - Instituto de Economia Agrícola
IFOAM - Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica
LUPA - Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária
MAPA - Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MOA - Fundação Mokiti Okada
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar
SAA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
SPG - Sistema Participativo de Garantia
UPA - Unidade de Produção Agropecuária
UPD - Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento



AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM SÃO PAULO

Anexo 1

LISTA DE CONVIDADOS²⁷

Segmento	Nome	Instituição
Insumos	Paulo D'Andrea*	Engenheiro Agrônomo, coordenador da Câmara Setorial de Agricultura Orgânica - Grupo Temático de Insumos, do Ministério da Agricultura.
Produção	Romeu Mattos Leite*	Médico Veterinário, produtor de orgânicos e fundador da Fazenda Yamaguishi, é presidente da Câmara Temática de Agricultura Orgânica do MAPA, diretor da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), Associação de Agricultura Natural de Campinas (ANC) e Câmara Setorial de Agricultura
Processamento	Edson Shiguemoto	Gerente Comercial da Korin Alimentos
Distribuição	José Roberto Graziano	Supervisor Geral de Abastecimento do Município de São Paulo - Secretaria Municipal de Abastecimento do Município de São Paulo (ABAST).
Novo Varejo	Nardi Davidsohn	MBA na European University - Suíça, é CEO do Quintal dos Orgânicos
Consumidores	Ana Flavia Borges Badue	Mestre em Ciências da Saúde (USP), é representante do Instituto Kairós
Legislação	Renato Conceição*	Superintendente Federal de Agricultura no Estado de São Paulo - Campinas
Certificação	Daniel Schuppli*	Diretor da IMO do Brasil
Capacitação	Luiz Norder*	Doutor em Ciências Sociais, professor na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Participação do Estado	Yara Chagas Carvalho*	Doutora em Economia, é Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (IEA)

²⁷ Os nomes identificados com * estiveram presentes nas discussões dos grupos. Vale ressaltar que, infelizmente, muitos atores socioeconômicos do sistema-rede de orgânicos não puderam comparecer, e nem todos os que participaram puderam permanecer o dia todo no Workshop, em função de outros eventos relacionados à agricultura orgânica marcados para o mesmo dia.

Anexo 2

LISTA DE PARTICIPANTES²⁸

(continua)

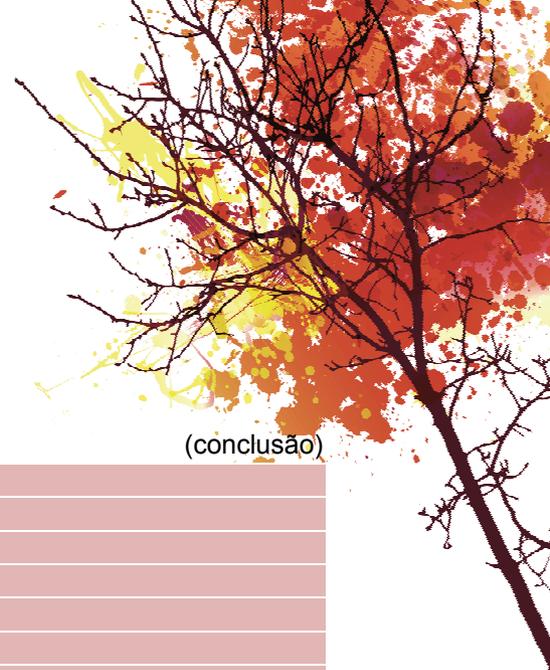
Nome	Local de Trabalho
1) Ana Paula Gouveia Vadiones*	USP
2) Antonio Carlos Marchiori*	CATI Ubatuba
3) Caio Strauch Feres*	Portão Grande
4) Ceceo Chaves*	Instituto 5 Elementos
5) Célia Regina R. P. Tavares Ferreira*	IEA/SAA
6) Clara Ribeiro Camargo*	PROCAM/USP
7) Claudio H. Funai	DSM/CATI
8) Clovis J. Fernandes de Oliveira Júnior*	Instituto Botânica/SMA/SP
9) Cristiane Ribeiro*	Cultivar Orgânicos
10) Danilo Grapiuna Pereira*	Tecpar Cert
11) Dayla Isabel Ribeiro Ciancio*	CATI/SP
12) Denis Corazza	Takaoka Orgânicos
13) Denise Viani Caser	IEA/SAA
14) Domingos Savio Rodrigues*	Instituto de Botânica
15) Edgard Aparecido de Moura	CONSEA Nacional
16) Edimar Paulo Santos*	Feagri – Unicamp
17) Eduardo Zanoni Strauch*	Portão Grande
18) Elaine Bastos	CONSEA
19) Eliane Gomes Fabri*	Instituto Agronômico
20) Fabiana Sanches de Oliveira*	Slow Food São Paulo

²⁸ Os nomes identificados com * estiveram presentes nas discussões dos grupos. Vale ressaltar que, infelizmente, muitos atores socioeconômicos do sistema-rede de orgânicos não puderam comparecer, e nem todos os que participaram puderam permanecer o dia todo no Workshop, em função de outros eventos relacionados à agricultura orgânica marcados para o mesmo dia.

LISTA DE PARTICIPANTES

(continua)

21)	Gabriel Bueno*	Grupo Pão de Açúcar
22)	Gilberto O. K. Pinto*	Café IAO
23)	Giliane M.J. Ingratta*	Autônoma
24)	Isabel Viegas*	APTA/SAA Ubatuba
25)	João Carlos de Campos Pimentel*	CATI-EDR-São Paulo
26)	Joaquim Adelino de Azevedo Filho*	APTA
27)	José Alexandre Ribeiro	Brasilbio
28)	José Angelo Guariglia	Guarany
29)	José Carlos Feltran*	IAC – Centro Horticultura
30)	Juliana Trigo	Organic Delivery
31)	Laurent Jacques Berthier*	SGS
32)	Lucia Cristina Buone	Franca Feiras
33)	Luciano Schweizer	BID
34)	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi*	CATI/SDSM
35)	Maria Beatriz Bley Martins Costa*	Planeta Orgânico
36)	Maria Chan*	CIOrgânicos
37)	Mikael Linder*	USP
38)	Mônica Pilz Borba	Instituto 5 Elementos
39)	Natália Manginelli	Terra Viva
40)	Ondalva Serrano	Associação da Agricultura Orgânica (AAO)



LISTA DE PARTICIPANTES

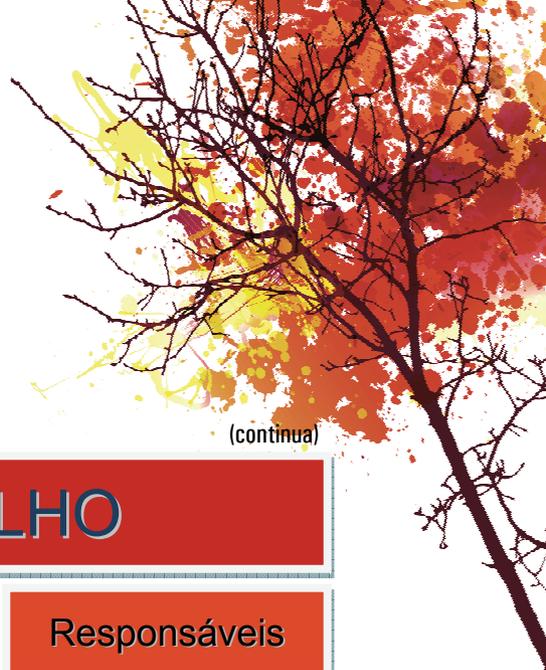
(conclusão)

41)	Patricia Hessel*	Autônoma
42)	Paulo Henrique Silva Carvalho*	Sítio Alberi
43)	Pedro Kawamura Gonçalves*	Autônomo
44)	Priscilla Rocha Silva	IEA/SAA
45)	Priscila Terrazan	Instituto Biosistêmico
46)	Renato Nunes*	CBRN/SMA-SP
47)	Ricardo Cerveira	Instituto Biosistêmico
48)	Ronnie Campos Melo	Imo Brasil
49)	Samira Aoun*	IEA/SAA
50)	Sandra Maria Pereira Da Silva*	Polo Vale do Paraíba – APTA/SAA
51)	Sebastião Wilson Tivelli*	APTA – DDD – UPD – São Roque
52)	Sylvia Wachsner*	SNA
53)	Taís Forte Garms	CBRN/SMA
54)	Tatiane Aparecida Soares	Casa Agricultura Ecológica Zona Leste
55)	Terezinha Joyce F. Franca*	IEA/SAA
56)	Tiago Almeida Janela	ABAST – Prefeitura/SP
57)	Ulisses Bochi Junior*	Organic Solutions

Anexo 3

(continua)





(continua)



(continua)

GRUPO VERMELHO

Fatores

Falta de classificação para produtos orgânicos

Prejuízos na transição

Falta de visão de negócio na propriedade

Transição exige conhecimentos

Acesso ao crédito não é facilitado

Produtor não sabe fazer projeto

Agente financeiro não tem conhecimento

Falta de sintonia entre elos da cadeia

Desconhecimento do produtor quanto a requisitos p/ garantia, qualidade, segurança alimentar e rotulagem

Ações propostas

Introduzir conceito de qualidade dentro da propriedade

Política do Governo estadual para orgânicos

Merenda escolar

Pagamentos por serviços ambientais

Mercado local

Capacitar os produtores

Disseminar o conhecimento adquirido pelo produtor

Gestão da propriedade

Responsáveis

(continua)

GRUPO VERMELHO



(continua)

GRUPO AZUL

Fatores

Assimetria de
informação/oportunismo

Desconhecimento do que é
Orgânico afinal?

Dificuldade para escoar produtos
Orgânicos

"Entrada no mercado"

Ações propostas

Fiscalização
É orgânico mesmo?

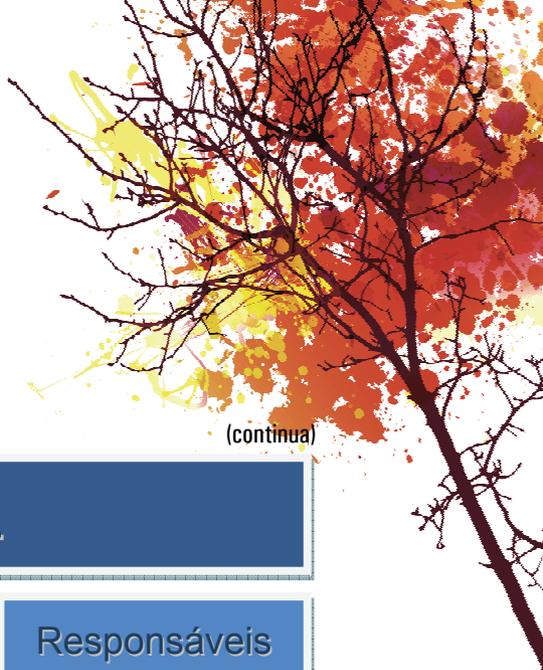
Em todos os elos da cadeia

Campanhas informativas ao
consumidor

Associativismo para entrar em
licitações públicas

Extensão rural

Responsáveis

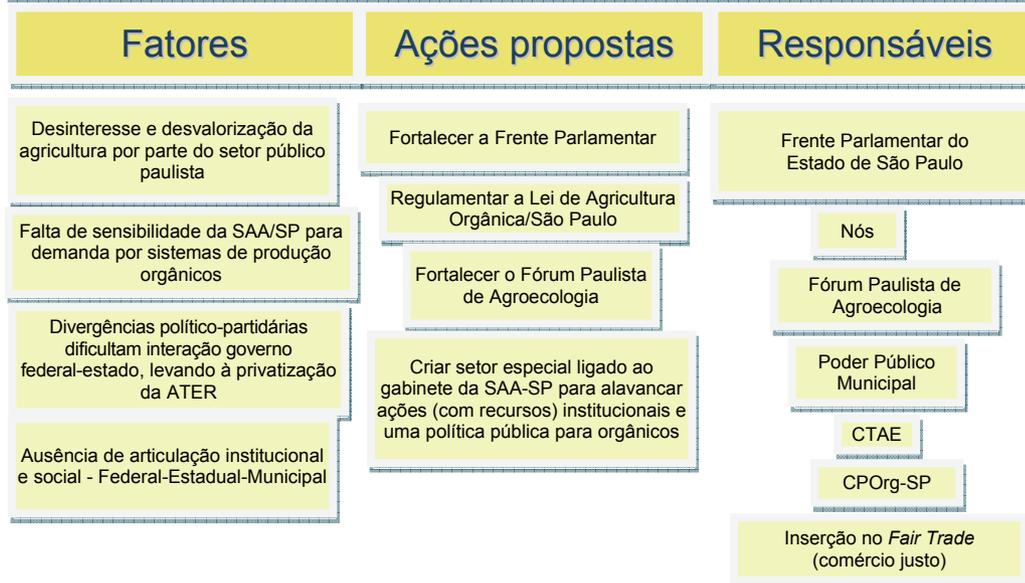


(continua)



(continua)

GRUPO AMARELO





(continua)

GRUPO AMARELO		
Fatores	Ações propostas	Responsáveis
Tecnologias agroecológicas disponíveis, mas pouco difundidas pela fragilidade do atual Sistema de Pesquisa-Extensão	Melhorar as formas de comercialização de produtos orgânicos	
Resistência a mudanças (produtores, Governo, consumidores, pesquisa)	Criar uma declaração estadual em substituição à DAP	
Ausência de amparo técnico ao produtor	Políticas específicas no âmbito estadual que levem em conta as diferenças entre os contextos locais	
Preço alto dos produtos orgânicos em supermercados	Favorecer ações de organização dos produtores	
Orgânicos para ricos	Pesquisa, capacitação, difusão de tecnologias e Assistência Técnica para a agricultura orgânica	
	Levar ao CPOrg-SP a importância da formação cidadã na semana de agricultura orgânica	

(continua)

GRUPO ROXO

Fatores	Ações propostas	Responsáveis
Falta de mão de obra	Campanha de valorização do homem do campo	Sindicatos rurais de produtores e trabalhadores
Falta de valorização do trabalho rural	Política educacional para valorização da agricultura e alimentação	Universidades Terceiro Setor
ATER deficiente: quantidade, qualidade	Fortalecer a Assistência Técnica	Município Estado de São Paulo
Falta de comunicação entre produtores e consumidores	Investimento maior do Estado em ATER, Pesquisa e Educação	Secretaria de Educação
Falta de difusão de técnicas de produção	Fortalecer as redes	Consumidores
Falta de insumos e equipamentos para Agricultura Orgânica	Produção e distribuição de cartilhas e boletins	MAPA
		CATI SENAR SEBRAE

(conclusão)

GRUPO ROXO

Fatores

Legislação inadequada e falta de fiscalização na relação entre vizinhos orgânicos e convencionais

Elitização dos produtos para o consumidor sem necessariamente haver a retribuição para o agricultor

Falta de informação/formação por parte de agentes com forte capacidade de influenciar produtores e consumidores

Ações propostas

Política de apoio à transição agroecológica

Agilizar o registro

Capacitação e formação continuada de produtores

Transparência nos preços praticados

Redução de impostos

Incentivo fiscal para produtores orgânicos, novas feiras orgânicas, pontos de venda cooperativos e redes de consumidores

Mudança de currículo nas escolas de agronomia, medicina e nutrição: introdução de informações sobre agricultura orgânica e consumo de produtos orgânicos

Responsáveis





Apoio



Realização

